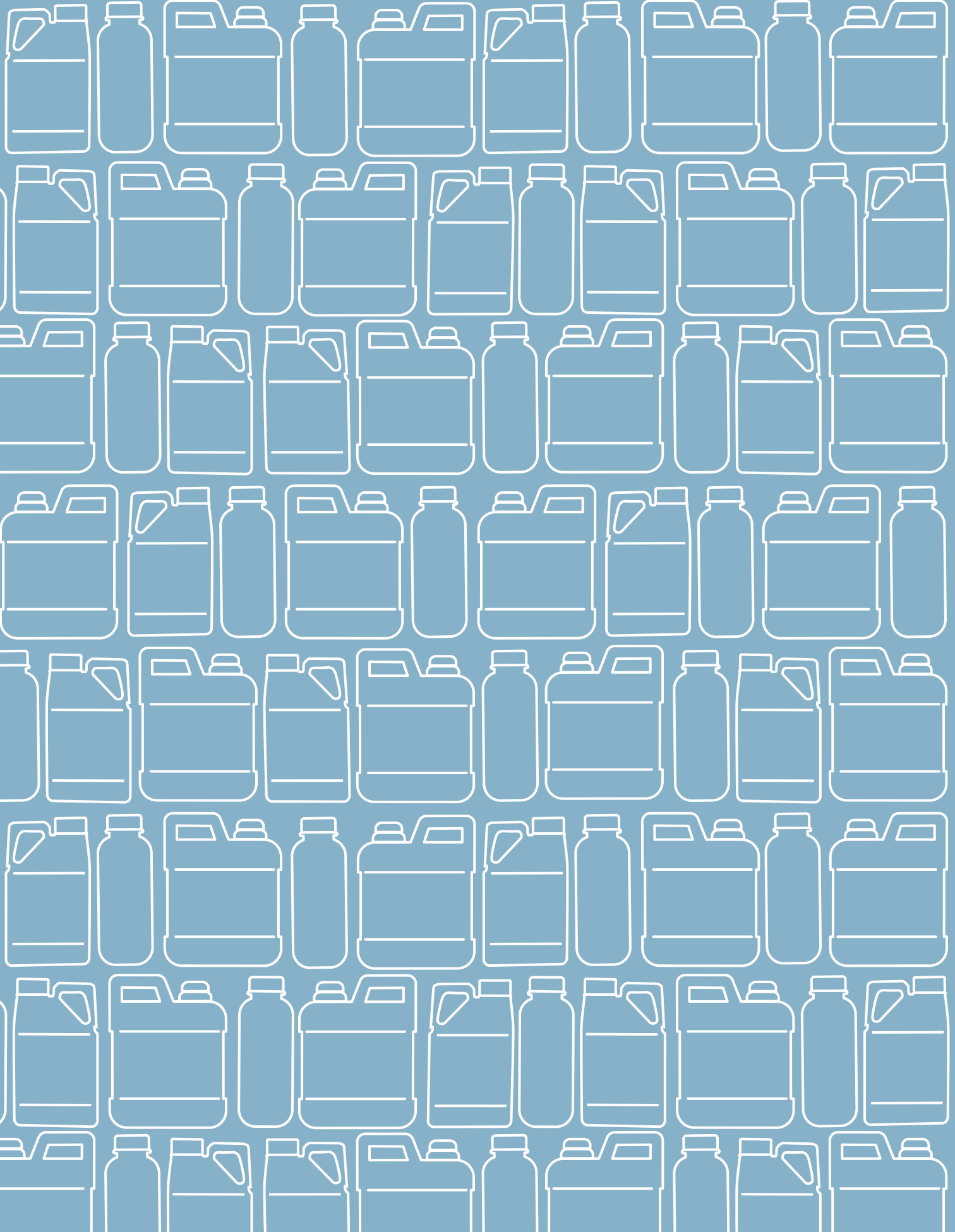




**Relatório de
Sustentabilidade
2020**



ÍNDICE

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE	2
ATENÇÃO À COVID-19	4
DESTAQUES 2020	6

SISTEMA CAMPO LIMPO	8
---------------------	---

O inpEV	16
---------	----

Governança corporativa	19
------------------------	----

TEMAS MATERIAIS	22
-----------------	----

Expansão das operações	28
------------------------	----

Logística	31
-----------	----

Ecoeficiência operacional	33
---------------------------	----

Desenvolvimento humano	35
------------------------	----

Inovação e tecnologia	41
-----------------------	----

Educação e conscientização	42
----------------------------	----

Diálogo e cooperação <i>multistakeholder</i>	46
--	----

Viabilidade econômica	49
-----------------------	----

COMO SE ASSOCIAR AO inpEV	51
---------------------------	----

SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI	53
----------------------------	----

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	57
---------------------------	----

Apresentação

GRI 102-54

O Relatório de Sustentabilidade 2020 do inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) reúne os principais resultados do ano do Sistema Campo Limpo e do Instituto, entidade gestora do Sistema. A publicação foi elaborada segundo a Norma da GRI (Global Reporting Initiative), opção Essencial, e cobre o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Após apresentar o Sistema Campo Limpo e o inpEV, os capítulos posteriores são organizados a partir dos oito temas identificados como materiais na última matriz de materialidade, cujo processo ocorreu em 2017. Na última seção da publicação, estão as demonstrações financeiras, auditadas pela PwC.

Os indicadores abrangem a matriz e as centrais de recebimento gerenciadas diretamente pelo inpEV. Como o processo de incorporação ainda está em andamento, em alguns indicadores não há a cobertura de todas as centrais sob gestão do inpEV em 31 de dezembro de 2020. Nesses casos, o texto traz sempre a abrangência do indicador.

Além de prestar contas aos principais *stakeholders*, o relatório passa a ser utilizado como a Comunicação de Engajamento (COE) do inpEV ao Pacto Global, da ONU (Organização das Nações Unidas), ao qual o Instituto aderiu em 2019. A publicação também demonstra de que maneira os temas materiais do inpEV se relacionam com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e suas metas (*leia mais nas páginas 26 e 27*).

CRÉDITOS

Realização **inpEV**
Coordenação **Presidência e Sustentabilidade (inpEV)**
Conteúdo técnico GRI, redação e design
Conecta Conteúdo e Sustentabilidade

Fotos **Acervo inpEV**

O Relatório de Sustentabilidade 2020 é de responsabilidade do inpEV.

Endereço da sede: Avenida Roque Petroni Júnior, 850 – 18º andar – Torre Jacerú – Brooklin, São Paulo (SP)

Para fazer comentários, sugestões e críticas e esclarecer dúvidas sobre o Relatório de Sustentabilidade 2020, entre em contato com o inpEV por meio do site (www.inpev.org.br/fale-conosco/) ou do e-mail faleconosco@inpev.org.br.

 facebook.com/inpev

 instagram.com/inpev

 youtube.com/user/inpevbrasil

 linkedin.com/company/inpevbrasil

Mensagem do diretor-presidente

GRI 102-14



A pandemia de Covid-19 fez com que o ano de 2020 se tornasse um dos mais desafiadores da história da humanidade. Já em março, mobilizamos um comitê de emergência para acompanhar os desdobramentos da pandemia no Sistema Campo Limpo e, acima de tudo, garantir a proteção de todos. Instituímos rapidamente o modelo *home office* para os colaboradores da matriz do inpEV e, respaldados pelo Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e pelas secretarias estaduais de Agricultura, recomendamos às unidades de recebimento do Sistema que operassem com metade de sua capacidade. Após uma criteriosa análise sobre o nível de segurança das centrais e postos, 100% da operação foi retomada 30 dias depois. Estabelecemos novos protocolos, intensificamos a comunicação sobre a doença e as formas de prevenção e atentamos, ainda, para o impacto psicológico da pandemia nas pessoas, disponibilizando um canal de apoio para todos os colaboradores do Sistema e suas famílias.

O Sistema Campo Limpo não parou porque a agricultura brasileira não parou. Considerada uma atividade essencial, foi, inclusive, um dos pilares a sustentar o país em meio à crise econômica intensificada pela pandemia. Os recortes do setor repercutiram em nossa operação e nos levaram a revisar duas vezes a meta anual de destinação, um feito inédito para o Sistema. No consolidado do ano, nosso resultado superou a meta mais atual, que previa a destinação de 49,5 mil toneladas. Nos 12 meses de 2020, realizamos a destinação ambientalmente adequada de quase 50 mil toneladas de embalagens vazias pós-consumo.

Mesmo enfrentando uma situação atípica, demos sequência aos projetos estratégicos. Foi o caso de nosso modelo de gestão integrada das unidades de recebimento, projeto amplamente discutido e aprovado por nosso Conselho Diretor, formado por fabricantes e entidades que representam todos os elos da cadeia agrícola. Iniciado em 2019, o projeto foi acelerado em 2020 – chegamos a 45 centrais sob a gestão do inpEV. Nesse período, já foi possível comprovar a assertividade do modelo, com destaque para os ganhos de eficiência e para a padronização de processos e de programas de saúde e segurança. Em 2020, 30 centrais gerenciadas pelo Instituto conquistaram a certificação ISO 9001, de gestão de qualidade. O modelo beneficia a todos os elos da cadeia: agricultores, revendedores e cooperativas. No caso das revendas e cooperativas, por exemplo,

elas podem priorizar seus negócios e ainda contam com a redução nos custos de participação no Sistema.

Outro destaque foi a oficialização do Modelo Aprimorado de movimentação dos remanentes (embalagens vazias), fruto de um trabalho desenvolvido durante alguns anos pela equipe do Instituto e consultores tributaristas externos. Implementado em janeiro de 2021, o Modelo Aprimorado torna a movimentação dos remanentes mais ágil e desburocratizada ao substituir as notas fiscais pelo documento SST (Solicitação de Saída e Transporte). Nossa expectativa é que o Modelo Aprimorado possa ser empregado por outros setores comprometidos com a logística reversa no país. Também avançamos na frente de rastreabilidade, que nos permitirá, no futuro, monitorar toda a trajetória de uma embalagem vazia, desde a sua entrega em uma central ou posto de recebimento até a fabricação de um novo item a partir dessa embalagem, seguindo o preceito da circularidade.

Em 2020, revisitamos o planejamento estratégico do inpEV para os próximos cinco anos, com as diretrizes que darão suporte ao atingimento de nossa visão, que é ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na logística reversa de embalagens vazias de produtos fitossanitários e na área de resíduos sólidos agrícolas, sendo uma referência na prestação de serviços e tornando o Sistema Campo Limpo autossustentável no Brasil. Todas as iniciativas executadas ao longo do ano endereçam nossa visão. Seguimos perseguindo o autofinanciamento para todo o Sistema e conseguimos gerar recursos que responderam por cerca de 65% do custo do Sistema Campo Limpo em 2020. Também continuamos apresentando o êxito do nosso programa de logística reversa no Brasil e no mundo.

Como parte das celebrações do DNCL (Dia Nacional do Campo Limpo), arrecadamos mais de 150 toneladas de alimentos com a campanha “Celebrar Conquistas e Multiplicar solidariedade”, distribuídas às famílias e entidades que vivem próximas às unidades de recebimento. O PEA (Programa de Educação Ambiental) Campo Limpo foi adaptado para o ambiente virtual e alcançou 253,5 mil alunos. Adicionalmente, capacitamos professores da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, o que nos possibilitará contribuir com a educação ambiental de um número ainda mais expressivo de estudantes.

Aproveito esta mensagem para reiterar nosso apoio ao Pacto Global das Nações Unidas, do qual o inpEV faz parte desde 2019, e nosso compromisso com a disseminação de boas práticas nas áreas de direitos humanos, relações trabalhistas, meio ambiente, governança e combate à corrupção entre todos os elos da cadeia produtiva agrícola e demais *stakeholders* com quem interagimos.

Quero, por fim, agradecer aos agricultores, revendedores, cooperativas, fabricantes, recicladores, incineradores, autoridades e a todos os profissionais que dão vida ao Sistema Campo Limpo pelo comprometimento e dedicação. Nos reinventamos em 2020 e, com certeza, nossa resiliência foi imprescindível para os resultados do Sistema.

João César M. Rando
Diretor-presidente do inpEV

ATENÇÃO À COVID-19

Cuidar das pessoas



Tão logo os primeiros casos de Covid-19 foram confirmados no Brasil, o inpEV instituiu um comitê emergencial para acompanhar o desdobramento da pandemia no país e no Sistema Campo Limpo. O comitê se reuniu aproximadamente 70 vezes até dezembro. Todos os casos suspeitos e confirmados de Covid-19 eram monitorados diariamente.

Para os **colaboradores** da matriz, em São Paulo (SP), foi estabelecido o modelo *home office*. A partir de outubro, houve um processo de retomada gradual ao trabalho presencial, com a adaptação do escritório para garantir o distanciamento entre as pessoas, distribuição de álcool 70% e de máscaras, liberação do *home office* duas vezes na semana e suporte para o deslocamento em veículos particulares. Para esclarecer as dúvidas dos profissionais, foi divulgada uma cartilha com orientações, em linha com as recomendações das autoridades de saúde. Os colaboradores do grupo de risco permaneceram em trabalho remoto. No fim do ano, com o novo aumento do número de casos de Covid-19, a presença dos colaboradores no escritório passou a ser autorizada sob demanda e apenas duas vezes por semana.

Nas **centrais**, as equipes receberam orientações frequentes sobre a necessidade de usar máscaras, higienizar as mãos e manter distância de segurança com colegas e agricultores que devolvem as embalagens, entre outras medidas. Os Diálogos Diários de Segurança eram um dos momentos para compartilhar recomendações sobre como se proteger do coronavírus. Durante o período em que o Sistema operou parcialmente, foi adotado o esquema de rodízio entre as equipes das centrais para reduzir a circulação de pessoas.

Saúde física e psicológica

Para assegurar condições ergonômicas adequadas, os colaboradores da matriz levaram cadeiras, teclados e suportes de computador para suas casas. A ginástica laboral foi adaptada para o formato on-line e se tornou diária, em dois horários, para que o maior número de colaboradores das centrais e da matriz e até seus familiares pudessem participar.

O inpEV intensificou ações de conscientização da equipe, com peças de comunicação nas centrais e na matriz e divulgação periódica de cartilhas e outros materiais de orientação sobre a Covid-19.

Também foi estruturado o programa Conte Comigo, um canal telefônico de apoio psicoemocional. A ferramenta estava disponível para os colaboradores do inpEV, os profissionais das centrais e postos conveniados e para as suas famílias.

E garantir o essencial

A destinação das embalagens vazias ou com sobras pós-consumo garante a proteção do campo, evitando o descarte irregular e os riscos de contaminação do solo e da água. Dessa forma, era fundamental assegurar a manutenção das atividades sem colocar os trabalhadores em risco.

No início da pandemia, com muito desconhecimento sobre formas eficazes de proteção e da velocidade de contágio, as centrais e postos reduziram pela metade a capacidade de trabalho. Com a construção de protocolos de segurança, mapeamento de riscos nas unidades e treinamentos das equipes, as unidades puderam retomar sua operação plena após um mês.

Entre as ações, criou-se um fluxo diferenciado para receber os agricultores que chegam para devolver as embalagens. Trabalhando com portões fechados, apenas um agricultor por vez era autorizado a acessar a unidade para fazer a entrega. O sistema eletrônico adEV (Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias) também contribuiu para melhorar o fluxo de agricultores nas unidades. Os recebimentos itinerantes foram reduzidos e suspensos em alguns casos, conforme a curva de contágio do novo coronavírus. O inpEV ainda realizou comunicações e orientações para todas as centrais e postos.

Entre as medidas, destaque para:

- > Obrigatoriedade do uso de máscara;
- > Instalação de lavatórios e disponibilização de álcool em gel;
- > Entrada individual nas unidades;
- > Distanciamento de segurança entre colaboradores e agricultores; e
- > Envio dos recibos de recebimento por e-mail.

Destaques do ano



VOLUME RECORDE

Quase **50 mil toneladas** de embalagens destinadas no ano
+ **9,4%** em destinação

17 centrais incorporadas
à gestão do inpEV

Total de 45 centrais no novo
modelo de administração



AUTOFINANCIADO

Aproximadamente **65%** dos custos do Sistema Campo Limpo são financiados por suas próprias atividades

EDUCAÇÃO

253,5 mil alunos receberam conteúdo sobre consumo consciente, gestão de resíduos e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), em **346 municípios**



RECONHECIMENTOS

A agilidade com que o inpEV adotou medidas para manter a operação do Sistema Campo Limpo e prevenir a propagação do coronavírus foi reconhecida no prêmio Agrow Awards 2020, um dos principais do agronegócio mundial, promovido pela revista britânica *Agrow*. O inpEV foi um dos cinco finalistas na categoria Melhor Programa de Manejo

A Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos também foi classificada entre as cinco melhores da categoria Melhores Produtos Sustentáveis, do Prêmio de Inovação da ICIS (Independent Commodity Intelligence Services)



CELEBRAÇÃO NO CAMPO

No DNCL (Dia Nacional do Campo Limpo), **97 centrais** do Sistema Campo Limpo promoveram a doação de **9,8 mil cestas básicas**, equivalente a mais de **150 toneladas de alimentos**. A celebração foi totalmente digital em 2020, com milhares de pessoas acompanhando as atividades on-line

Sistema Campo Limpo

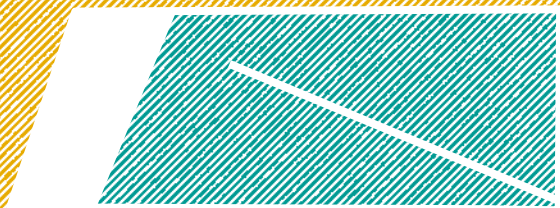
GRI 103-2, 103-3 e 306-1

99

Centrais de
recebimento

312

Postos de
recebimento



3,9 mil

Recebimentos
itinerantes em 2020



Programa brasileiro de logística reversa das embalagens vazias ou com sobras pós-consumo de defensivos agrícolas, o Sistema Campo Limpo reúne a indústria fabricante, o canal de distribuição, os agricultores e o poder público. Cada um desses elos tem seu papel e suas responsabilidades definidas por legislação para promover a logística reversa e dar destinação ambientalmente adequada a essas embalagens.

O inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) é a entidade gestora do Sistema, e todo o processo é regulamentado pela Lei nº 9.974/00 e seu decreto regulamentador nº 4.074/02.

O Sistema Campo Limpo é responsável por destinar corretamente 94% de todas as embalagens plásticas primárias¹ de defensivos agrícolas colocadas no mercado. Além disso, de cada 100 embalagens, 93 retornam ao processo produtivo, dando origem a novas embalagens de agroquímicos, seguras e certificadas, ou a artefatos empregados na construção civil e na indústria automotiva, energética e outras. As sete restantes, que não podem ser reinseridas no processo produtivo, são incineradas, em um processo de destinação ambientalmente adequado. [GRI 301-3](#)

Esses números fazem do Sistema referência global em logística reversa e um exemplo de economia circular (*leia mais na página 12*). Para manter esse desempenho, o Sistema está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, somando 411 unidades fixas (postos e centrais de recebimento), além de recebimentos itinerantes, para estar próximo do produtor rural. [GRI 102-6](#)

¹ As embalagens primárias são aquelas que têm contato com o produto.

Sistema Campo Limpo

O Sistema Campo Limpo é o programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias ou com sobras pós-consumo de defensivos agrícolas.

Ele é integrado por diferentes elos da cadeia agrícola que, juntos, colocam em prática as responsabilidades compartilhadas definidas pela Lei nº 9.974/00 e seu decreto regulamentador nº 4.074/02.

4,5 mil
pontos de
venda.

+ de 100
fabricantes
e registrantes
associados
ao inPEV.

inPEV

O inPEV é o representante da indústria no Sistema Campo Limpo e dissemina os conceitos de educação e conscientização ambiental para toda a sociedade.

O Sistema assegura a correta destinação de 94% de todas as embalagens plásticas primárias de defensivos agrícolas comercializadas no país.

Isso significa:

+ de 600 mil t
de embalagens
vazias (2002–2020)

+ de 400 t
de embalagens com
sobras (2015–2020)

1 A indústria fabrica e registra os defensivos agrícolas, que são comercializados por revendas ou cooperativas.

2

Os agricultores devolvem as embalagens vazias ou as sobras pós-consumo nas **centrais e postos de recebimento** ou nos eventos de **recebimento itinerante**.



1,8 milhão de propriedades agrícolas¹ atendidas pelo Sistema.



3,9 mil recebimentos itinerantes/ano

ECONOMIA CIRCULAR

Além de ser referência mundial em **logística reversa**, o Sistema também é um exemplo de economia circular. O termo se contrapõe aos processos lineares de extração > produção > consumo > descarte, e é aplicado a sistemas que possibilitam que materiais **voltem ao ciclo produtivo**.

A embalagem **Ecoplástica®** e o sistema de vedação **Ecocap®**, também produzidos a partir da reciclagem, se destacam por seu caráter **inovador**. Eles foram os primeiros no mundo a utilizar resina pós-consumo de embalagens de defensivos agrícolas para abastecer o próprio setor, em um processo circular que evita o desperdício e poupa recursos naturais não renováveis.



O Sistema está presente nos 26 estados e no Distrito Federal.

+ de 400 unidades fixas de recebimento.



70 caminhões = 945 t de embalagens transportadas por dia entre as unidades de recebimento e o destino final.

3



Nas **recicladoras parceiras** do Sistema, as embalagens viram insumo para a produção de diversos artefatos, como barricas de papelão, conduíte elétrico e embalagem para óleo lubrificante.

O **inpEV**, responsável pela logística reversa das embalagens, realiza a sua destinação ambientalmente correta por meio da parceria com empresas recicladoras e incineradoras.

93% das embalagens são recicladas.

O que não é passível de reciclagem, é incinerado.

¹ IBGE: Censo Agropecuário 2017.

REFERÊNCIA EM CIRCULARIDADE GRI 103-2, 103-3 e 306-2

O recebimento das embalagens vazias de agroquímicos e sua transformação em um novo recipiente seguro e eficiente, reinserido no mercado, é o ciclo virtuoso promovido pelo Sistema Campo Limpo e que o torna uma referência em circularidade.

Além da reinserção dos materiais, principalmente plástico, na indústria, o ciclo evita que esses componentes permaneçam de forma inadequada na natureza e contaminem o solo e a água, além de reduzir a demanda por extração de materiais virgens para a produção.

A Ecoplástica®, referência internacional em desempenho e segurança para o segmento

agroquímico, é feita pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. Seu sistema de vedação de alta performance, a Ecocap®, é fabricado pela Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. Ambas as empresas foram idealizadas pelo inpEV e seu lucro é reinvestido no custeio do Sistema.

O desenvolvimento dos produtos foi um marco na história do Sistema e, além de fechar o ciclo produtivo, é uma inovação no mercado que demonstra a viabilidade da produção de embalagens de defensivos com resinas recicladas com alto desempenho, segurança e certificação para transporte terrestre e marítimo.

ECONOMIA CIRCULAR

Uma nova maneira de projetar, produzir e consumir que respeita os limites do planeta. Os resíduos se tornam novamente matéria-prima para a sua própria produção (ciclo fechado) ou têm seus componentes destinados a outros segmentos da indústria (segunda vida).

REDE DE RECEBIMENTO

A estrutura de recebimento de embalagens vazias ou com sobras pós-consumo é capilarizada, presente em todo o território nacional, e planejada para estar próxima do produtor rural. Ela é operada a partir de um planejamento robusto que confere a máxima eficiência ao processo e acompanha o dinamismo do agronegócio brasileiro.

As unidades de recebimento das embalagens pós-consumo são divididas em postos e centrais, classificados de acordo com o volume de materiais e com as necessidades de processamento (feito apenas nas centrais).

Em 2020, o Sistema contava com 99 centrais e 312 postos de recebimento. Parte do processo contínuo de busca de eficiência, desde 2019, de forma negociada, as centrais estão migrando sua administração para o inpEV – até então, a maioria das centrais e postos era gerida pelo canal de distribuição. Atualmente, 45 já passaram para a gestão do Instituto, 17 delas em 2020. GRI 102-10

A gestão direta das centrais foi recomendada, após profundas análises, pelo Conselho Diretor do inpEV, órgão do qual fazem parte representantes de todos os elos do Sistema Campo Limpo. O objetivo é avançar em uma gestão integrada dessas unidades, que pode trazer benefícios ao Sistema, incluindo redução de custos para todos os elos da cadeia. Como entidade gestora, o inpEV detém o conhecimento de todo o processo de destinação das embalagens e dissemina boas práticas em temas como gestão ambiental, promoção de um ambiente seguro de trabalho e eficiência.

Mesmo com a pandemia do novo coronavírus e a mobilização para garantir a segurança dos trabalhadores, o planejamento de mudança das centrais seguiu o seu cronograma até o fim do ano. Procedimentos de integração das equipes, treinamentos e contratação de operadores, quando necessário, foram todos realizados de forma virtual para garantir a saúde dos envolvidos (*leia mais a partir da página 35*). Outra preocupação é manter a proximidade entre a central, o canal distribuidor e os produtores rurais em cada região, garantindo o bom relacionamento e a comunicação entre esses elos estratégicos para o Sistema.

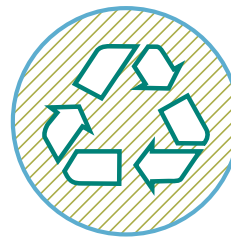
Outro benefício da gestão integrada foi agilizar e tornar mais eficiente a tomada de decisão ao longo do ano, especialmente em relação à forte demanda de recebimento de embalagens, sem causar gargalos no Sistema.

FORMAS DE DESTINAÇÃO GRI 306-2

Todos os tipos de embalagem de defensivos agrícolas regularmente comercializados são destinados pelo Sistema Campo Limpo, incluindo as embalagens de plástico e metal, tampas e caixas de papelão utilizadas no transporte.

Embalagens que não passaram por tríplice lavagem no campo, uma responsabilidade do agricultor, ou com sobras pós-consumo de defensivos – cerca de 7% do volume total destinado – são incineradas por empresas especializadas. Isso inclui produtos que o agricultor não utilizou até o fim, com data de validade vencida ou com danos na embalagem que impeçam a sua comercialização. Também são incinerados produtos em desuso, que tiveram o registro cancelado, mas não proibido.

Uma alternativa ambientalmente mais interessante que a incineração surge com a possibilidade do coprocessamento. O inpEV realizou estudos sobre o procedimento entre 2014 e 2016, incluindo testes em parceria com a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), que demonstraram sua eficiência e segurança. O procedimento, que inclui apenas as embalagens vazias, é mais eficiente que a incineração tradicional e pode ser um substituto ao uso de combustíveis fósseis nesses fornos. Também está alinhado a normativas internacionais como a Convenção de Estocolmo. O inpEV ainda avalia os impactos dessa opção, e segue mantendo a reciclagem e a incineração como os meios de destinação final das embalagens.



EMBALAGENS DESTINADAS

GRI 301-3, 306-3, 306-4 e 306-5

Acompanhando a expansão do agronegócio brasileiro, o volume de embalagens recebidas e destinadas pelo Sistema Campo Limpo bateu um novo recorde em 2020. Com 49.980 toneladas de embalagens vazias ou com sobras pós-consumo, o Sistema aumentou em 9,4% o volume destinado em comparação com 2019 e 21,9% no acumulado desde 2018. Desse total, 93% ganharam como destino a reciclagem e outros 7% a incineração.

Ao longo do ano, a meta foi revista duas vezes para se ajustar ao ritmo do campo e, ainda assim, o volume estimado, de 49,5 mil toneladas, foi superado. Com a pandemia, procedimentos foram ajustados com a adoção de protocolos de segurança e proteção de todos os envolvidos na cadeia, como os trabalhadores dos postos e centrais, os transportadores e os demais elos do Sistema (*leia mais na página 4*). Com um ajuste rápido nesse processo, o volume de destinação seguiu intenso ao longo de todo o ano. A previsão para 2021 é manter o ritmo de crescimento na destinação, tendo como meta chegar a 53 mil toneladas.

GESTÃO DE RESÍDUOS¹ (t) GRI 306-3, 306-4 e 306-5

	TOTAL GERADO		RECICLADO		INCINERADO⁴	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Não perigosos²	42.528,2	45.676,2	42.528,2	45.676,2	0,0	0,0
Perigosos³	3.165,7	4.303,5	362,7	850,6	2.803,0	3.453,0
Total	45.693,9	49.979,8	42.890,9	46.526,8	2.803,0	3.453,0

1 Todo o processamento dos resíduos é realizado externamente, por recicladoras e incineradoras parceiras.

2 Aço, alumínio (embalagem e grade de reservatório IBC), embalagens plásticas lavadas de polietileno coextrusado (Coex) e de polietileno de alta densidade (Pead), papelão e tampas.

3 Embalagens rígidas não lavadas, embalagens plásticas flexíveis não lavadas, bolha do reservatório IBC, hidróxido de alumínio, embalagens de vidro e embalagens com sobras pós-consumo líquidas e sólidas.

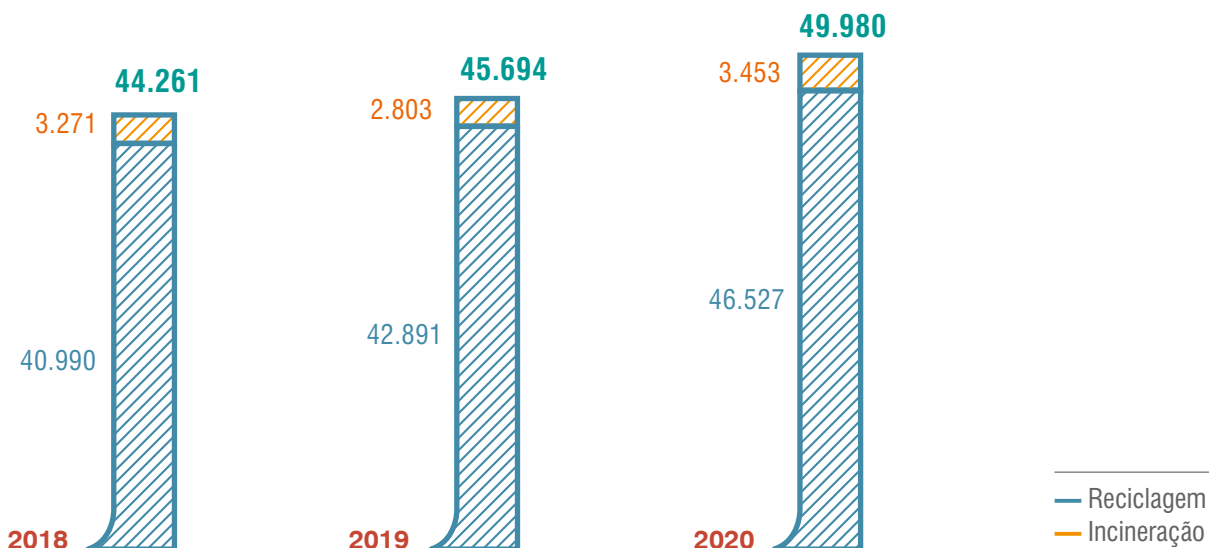
4 Inclui as embalagens recebidas com sobras pós-consumo (131 toneladas em 2019 e 99 toneladas em 2020).

EMBALAGENS DESTINADAS (t) POR ESTADO – 2020

Mato Grosso	12.872,5	26%	Bahia	3.669,1	7%
Paraná	6.507,9	13%	Minas Gerais	3.222,5	6%
São Paulo	5.434,4	11%	Maranhão	925,0	2%
Rio Grande do Sul	5.296,3	11%	Tocantins	751,6	2%
Goiás	4.709,6	9%	Outros	2.817,4	6%
Mato Grosso do Sul	3.674,9	7%	Total¹	49.881,1	100%

1 Não inclui as sobras pós-consumo recebidas.

Embalagens destinadas, segundo o destino (t)



RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

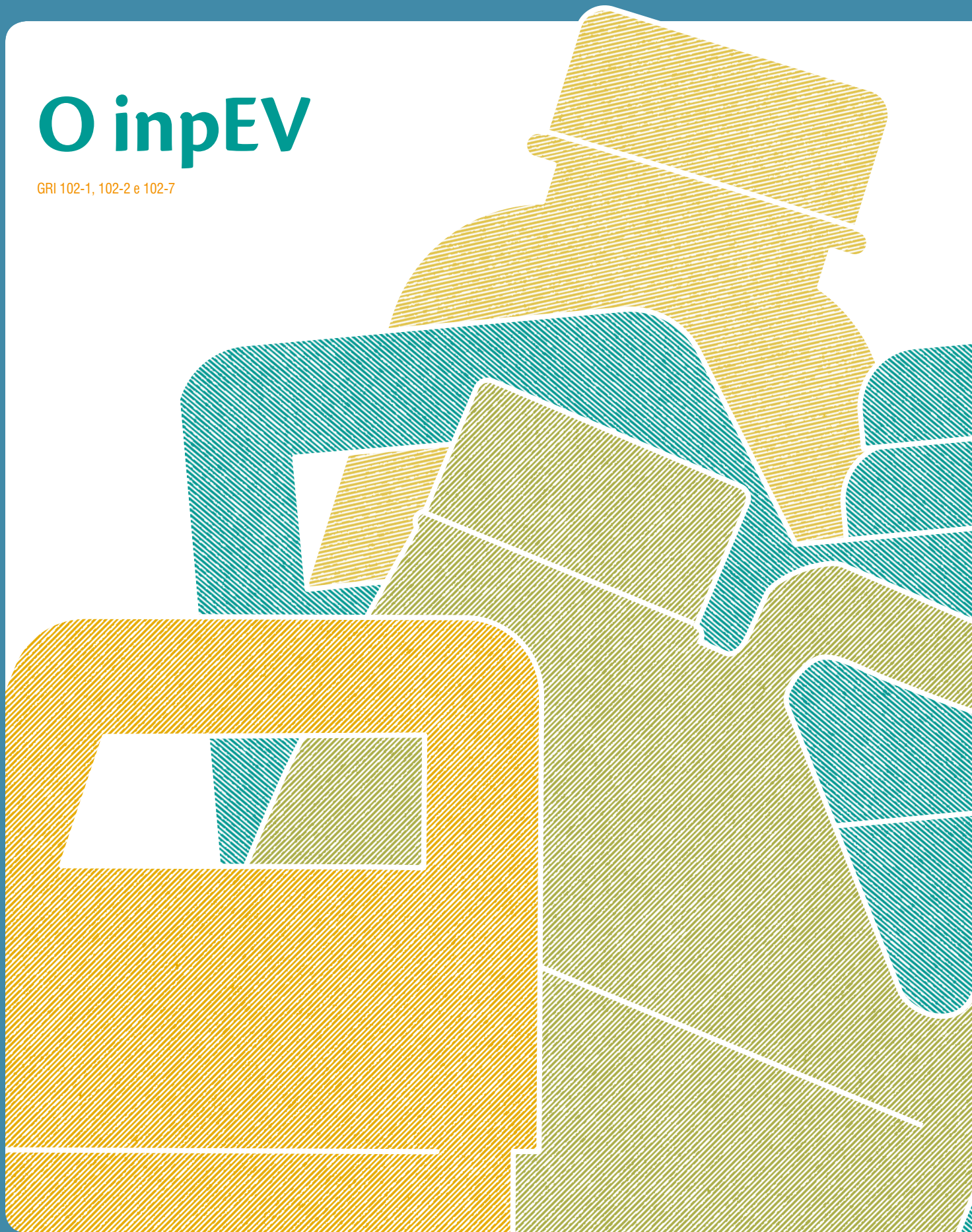
- > **Agricultores:** após o consumo, devem lavar, inutilizar e armazenar temporariamente as embalagens, conforme orientações técnicas; devolver na unidade de recebimento indicada na nota fiscal de compra e guardar o comprovante de devolução.
- > **Canais de distribuição (revendas e cooperativas):** devem manter locais adequados para receber e armazenar as embalagens vazias e indicá-los na nota fiscal; em conjunto com os demais elos, devem educar e conscientizar agricultores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.
- > **Indústria fabricante (representada pelo inpeEV):** é responsável por transportar as embalagens recebidas nas unidades e assegurar a destinação ambiental mais adequada; em conjunto com os demais elos, deve educar e conscientizar agricultores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.
- > **Poder público:** é responsável por licenciar as unidades de recebimento e fiscalizar o cumprimento das atribuições legais dos diferentes agentes; em conjunto com os demais elos, deve educar e conscientizar agricultores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.

FLUXO DO SISTEMA CAMPO LIMPO



O inpEV

GRI 102-1, 102-2 e 102-7





O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) representa a indústria no Sistema Campo Limpo, tendo como missão promover a gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, a conservação ambiental e do Sistema, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.

Para garantir esse papel, o inpEV busca eficiência em todos os processos, investe em pesquisa, desenvolvimento, conscientização e educação ambiental. O conhecimento adquirido também abre caminho para a prestação de serviços na área de resíduos sólidos e parcerias para compartilhar experiências. A visão integrada do inpEV sobre a gestão facilita a captura de oportunidades de melhoria do próprio Sistema, envolvendo ganhos de eficiência e reaproveitamento máximos das embalagens destinadas. Hoje, a reciclagem alcança 93% de todo o volume recebido.

O inpEV tem sede em São Paulo (SP) e gerencia 45 das 411 unidades de recebimento de embalagens de todo o Brasil. Ao todo, o Instituto emprega 273 profissionais. Sua composição é formada por mais de 100 empresas fabricantes de defensivos agrícolas e entidades que representam o setor, distribuidores e agricultores.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

GRI 102-16

MISSÃO

Contribuir para a conservação do meio ambiente e do Sistema Campo Limpo, por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.

VISÃO

Ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na logística reversa de embalagens vazias de produtos fitossanitários e na área de resíduos sólidos agrícolas, sendo uma referência na prestação de serviços e tornando o Sistema Campo Limpo autossustentável.

VALORES

> **Atitude integradora:** é a característica de liderança do Instituto, a valorização do trabalho em equipe, a integração dos elos da cadeia e a disseminação do conhecimento.

> **Inovação:** é dinamismo, empreendedorismo, criatividade e superação de desafios que posicionam o inpEV como referência mundial na logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

> **Integridade:** é ter o comportamento pautado pela ética, respeito às diferenças, transparência em todas as ações realizadas, e veracidade das informações.

> **Responsabilidade socioambiental:** é a razão de ser do Instituto, que atua como núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo.

> **Segurança:** é o zelo pelo bem-estar e integridade física de nossos colaboradores e de todos os envolvidos no Sistema Campo Limpo, bem como a proteção de informações e do patrimônio.

CADEIA DE SUPRIMENTOS GRI 102-9

Em 2020, 1,7 mil fornecedores integravam a cadeia de suprimentos do inpEV. Desse total, 30 são fornecedores diretos, responsáveis por insumos, equipamentos produtivos e serviços de logística, transporte e destinação final de resíduos, e 1.670 são fornecedores indiretos, dos quais o inpEV adquire máquinas e equipamentos e serviços de tecnologia da informação e de suporte às atividades de comunicação e engajamento. A categoria mais significativa em volume de compras foi a de Logística, representando 35% do total.

Governança corporativa

GRI 102-18



A atitude integradora é um dos valores do inpEV e é assegurada por meio da governança corporativa do Instituto. A estrutura administrativa e de gestão também segue boas práticas de mercado e reflete os princípios firmados em seu estatuto social: legalidade, impessoalidade, moralidade e igualdade.

Fazem parte da governança a Assembleia Geral de Associados, o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva. A representatividade do Sistema Campo Limpo, do qual o inpEV é a entidade gestora, também está contemplada na estrutura, com representantes nas diversas instâncias decisórias.

A Assembleia Geral é o órgão máximo decisório e integra os associados do Instituto, fabricantes de defensivos agrícolas e entidades que representam os diversos elos da cadeia agrícola. São realizadas duas reuniões anuais para validar a estratégia do inpEV e avaliar o seu desempenho.

O Conselho Diretor é formado por cinco representantes das empresas associadas contribuintes (eleitos em Assembleia Geral), dez representantes de entidades associadas (demais elos da cadeia agrícola) e pelo diretor-presidente do Instituto. Faz parte da responsabilidade assegurar o cumprimento do estatuto social e zelar pela proteção do patrimônio, pelo comprometimento com as leis vigentes e pelo estreitamento da relação entre os elos da cadeia. As entidades que representam o canal de distribuição e os produtores rurais no Conselho Diretor participam das decisões e têm a responsabilidade de replicar as informações e deliberações sobre o Sistema Campo Limpo.

A condução da gestão e a implementação da estratégia cabem à Diretoria Executiva. Ela é liderada pelo diretor-presidente, um profissional contratado e independente (sem vínculo com as empresas associadas), nomeado pelo Conselho Diretor.

COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA

O Conselho Fiscal tem seus membros eleitos em Assembleia Geral e sua função primordial é fiscalizar as instâncias decisórias do inpEV. Seus mandatos são anuais e, em 2020, o Conselho foi composto por representantes das empresas UPL, Sipcam Nichino e Adama.

O modelo de gestão do Instituto se estrutura a partir de normas rígidas de auditoria e controle. Anualmente, o inpEV presta contas dos resultados de suas atividades e de seu desempenho financeiro seguindo as normas brasileiras de contabilidade, com orientação de auditores externos e parecer do Conselho Fiscal.

CONSELHO DIRETOR – EMPRESAS

IHARABRÁS

Arnaldo José Menezes Dos Santos
Gustavo Urdan

FMC

Marcelo Okamura
Zotico Silva

SUMITOMO S.A.

Fernando Henrique Bordoní Manzeppi
Luis Henrique Sanfelice Rahmeier

DOW

Adriano Pescarmona
Felipe Bissoli

BAYER

Schirley Wirtti
Andres Jaramillo

CONSELHO DIRETOR – ENTIDADES

Abag – Associação Brasileira do Agronegócio

Abisolo – Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal

Aenda – Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos

Andav – Associação Nacional dos Distribuidores de Defensivos Agrícolas e Veterinários

APPS – Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudanças

Aprosoja – Associação Brasileira dos Produtores de Soja

CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil

CropLife Brasil

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

Sindiveg – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal

CONSELHO FISCAL

UPL

Ezio da Silva Costa
Ellery Roger Goldman

Sipcam Nichino

Alexandre Gobbi
Adilson da Cruz

ADAMA

Guilherme Ruiz
Fernanda Calazans Nasrau

ESTRUTURA DE APOIO

Comitês de apoio à liderança reúnem especialistas e profissionais do inpeV para somar conhecimento e aperfeiçoar continuamente a gestão:

- > **Comitê Tributário:** com auxílio de consultores externos, o grupo facilita o alinhamento dos participantes do Sistema Campo Limpo a temas fiscais, tributários e societários.
- > **Comitê de Logística:** discute medidas para aprimorar processos e tecnologias de logística reversa, no âmbito do Sistema Campo Limpo.
- > **Comitê Trabalhista:** debate questões relacionadas aos profissionais do inpeV. O comitê também apoia as demais unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo.
- > **Conselho Nacional de Centrais:** multidisciplinar, o grupo é formado por gestores de centrais de recebimento e tem, entre suas funções, demandas gerais do Sistema e a divulgação das melhores práticas para os conselhos regionais, atuando em apoio à administração do inpeV.
- > **GT Comitê de Aprovação de Artefatos:** avalia, controla e aprova a fabricação de artefatos a partir das embalagens vazias provenientes do Sistema Campo Limpo.
- > **GT Comitê de Embalagens:** avalia novas tendências, ciclo de vida das embalagens e as inovações do setor.

CÓDIGO DE CONDUTA GRI 102-16 e 205-2

Um documento público que explicita os princípios, os valores e a missão do inpeV, o Código de Conduta direciona a postura esperada dos funcionários no relacionamento com os diferentes públicos.

Revisado em 2017, o material trata de temas como conflito de interesses, respeito às diferenças, segurança da informação e relacionamento com o setor público e enfatiza o compromisso do inpeV e de seus funcionários com a responsabilidade socioambiental. O código também define preceitos voltados à difusão de conhecimento e fomento à cooperação entre todos os elos da cadeia agrícola que integram o Sistema Campo Limpo. Com o código são divulgadas também as políticas Anticorrupção e Concorrencial, que comunicam as práticas de relacionamento com agentes públicos e determinam regras para doações, que precisam passar por aprovação de órgãos colegiados do Instituto. Outros documentos como o Manual de Gestão do inpeV e regras de finanças e controladoria também reforçam o compromisso com a condução ética dos negócios.

Todos os 127 colaboradores contratados em 2020 foram comunicados e treinados sobre o Código de Conduta, incluindo o tópico de combate à corrupção. Os sete profissionais terceirizados contratados no ano também foram comunicados sobre o tema. O inpEV realiza, ainda, capacitações periódicas para toda a equipe. O *e-learning* previsto para ser aplicado em 2020 foi postergado e acontecerá em 2021.

Conheça o Código de Conduta em: www.inpev.org.br

Além disso, o inpEV elaborou, em 2020, um código voltado aos fornecedores para indicar suas expectativas e boas práticas esperadas desses parceiros de negócio, incluindo o respeito aos direitos humanos, à ética e à integridade.

2020			2020				
COMUNICAÇÃO SOBRE COMBATE À CORRUPÇÃO			Pessoas comunicadas por região				
GRI 205-2	%	Pessoas comunicadas	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
Colaboradores (total)	46,5%	127	20	40	6	5	56
Diretores	0,0%	0	0	0	0	0	0
Gerentes	12,5%	1	0	1	0	0	0
Coordenadores	10,0%	2	0	2	0	0	0
Coordenadores/Supervisores de centrais	44,2%	19	4	3	2	2	8
Administrativo	34,1%	14	4	8	0	0	2
Operacional	56,9%	91	25	26	4	3	33
Terceirizados	70,0%	7	1	3	1	0	2
TREINAMENTO SOBRE COMBATE À CORRUPÇÃO			Pessoas treinadas por região				
GRI 205-2	%	Pessoas treinadas	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
Colaboradores (total)	46,5%	127	20	40	6	5	56
Diretores	0,0%	0	0	0	0	0	0
Gerentes	12,5%	1	0	1	0	0	0
Coordenadores	10,0%	2	0	2	0	0	0
Coordenadores/Supervisores de centrais	44,2%	19	4	3	2	2	8
Administrativo	34,1%	14	4	8	0	0	2
Operacional	56,9%	91	25	26	4	3	33

Temas materiais





O inpEV tem como temas materiais oito questões que envolvem as diferentes dimensões da sua atuação, definidos a partir de um processo de materialidade realizado em 2017, elaborado com a ajuda dos públicos com os quais se relaciona e com a análise da gestão.

Esses temas resumem as áreas-chave em que o Instituto gera impacto e tem potencial para ampliar sua influência positiva. Em 2020, o Instituto realizou uma avaliação interna sobre como essas prioridades podem contribuir com o alcance dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), da ONU, reafirmando seu engajamento a essa agenda estratégica para a sociedade global. Os quadros a seguir mostram de maneira mais clara a relação do Instituto com seus impactos e como eles ocorrem em sua cadeia e traz os indicadores que demonstram seu desempenho em cada um.

Confira a seguir a descrição detalhada de cada tema material, sua relevância para o inpEV, bem como a indicação de onde ocorre o impacto.

TEMA MATERIAL

GRI 102-44, 102-46, 102-47, 103-1 e 103-2

EXPANSÃO DAS OPERAÇÕES

O Sistema contribui para o agro responsável, evitando que resíduos provenientes do uso de agroquímicos sejam dispostos de forma irregular, causando danos ao solo e a corpos d'água, e destina os materiais para a reciclagem ou incineração. Manter uma estrutura adequada é importante para atender a demanda crescente da produção agrícola, a proximidade com os agricultores e a máxima eficiência da logística.

ECOEFIÊNCIA OPERACIONAL

O Sistema permite que volume significativo de matéria-prima seja reinserido no sistema produtivo, poupando recursos naturais e alongando o ciclo de vida dos insumos materiais, especialmente o plástico. Ainda evita a destinação inadequada, com riscos à biodiversidade e ao solo.

LOGÍSTICA

O frete de retorno reduz o impacto do transporte desses resíduos. 98% do transporte da central para o destino final é feito dessa maneira.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

O Instituto busca formas mais eficientes em processos e produtos que possam permitir o reúso dos materiais, sendo pioneiro no desenvolvimento da primeira embalagem de defensivo agrícola produzida a partir da resina reciclada do mesmo tipo de produto. Esse olhar sistêmico tornou o Sistema Campo Limpo uma referência em economia circular.

ASPECTOS CONSIDERADOS PELO inpEV

Ampliação geográfica; processamento de outras embalagens de produtos agrícolas.

Gestão de recursos naturais; uso de materiais, água e energia; redução e reciclagem de materiais provenientes da operação; instalações sustentáveis e emissões.

Logística reversa; rotas seguras; infraestrutura logística; facilidade de retorno das embalagens e condições de transporte.

Inovação e tecnologia nas operações.

ORIGEM E RELAÇÃO DE IMPACTO

Os principais impactos se relacionam às atividades gerenciadas pelo inpEV.

Os principais impactos são decorrentes de atividades gerenciadas pelo próprio inpEV.

Os impactos são causados, principalmente, pela cadeia de fornecimento do inpEV.

Os principais impactos são decorrentes de atividades gerenciadas pelo inpEV.

INDICADORES

nº de centrais e postos; volume destinado e tipo de destinação

GRI 301-3, 302-1, 303-1, 305-5, 306-1, 306-2, 306-3, 306-4, 306-5, 307-1 e Estudo de impacto do Sistema

Nº de caminhões movimentados, processos de segurança e integração de informações

Informações qualitativas sobre adoção de novos processos e soluções

TEMA MATERIAL

GRI 102-44, 102-46, 102-47, 103-1 e 103-2

DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Instituto desenvolve competências para estimular a evolução contínua e a inovação, além da especialização técnica em logística reversa de embalagens e economia circular.

ASPECTOS CONSIDERADOS PELO inpEV

Gestão de carreira; treinamento e desenvolvimento dos colaboradores; aproveitamento interno; atração e retenção de talentos.

ORIGEM E RELAÇÃO DE IMPACTO

Os principais impactos estão relacionados a atividades gerenciadas pelo inpEV.

INDICADORES

GRI 403-9, 404-1, 404-3

EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO

O inpEV promove sensibilização dos agricultores e também usa a capilaridade do Sistema Campo Limpo para promover educação ambiental a estudantes e comunidades. Trabalha temas como consumo consciente e responsabilidade compartilhada em diversos contextos.

Educação e sensibilização de comunidades próximas a unidades de recebimento ou regiões consideradas críticas para a destinação correta das embalagens; educação ambiental para estudantes; ações direcionadas a agricultores.

Os impactos decorrem de atividades gerenciadas pelo inpEV.

nº de municípios, escolas e alunos no PEA, professores capacitados, nº de pessoas que realizaram o EaD, participantes do DNCL

DIÁLOGO E COOPERAÇÃO MULTISTAKEHOLDER

A valorização do diálogo e da cooperação faz parte da essência do inpEV. Um dos seus valores é a atitude integradora, que reflete a característica de liderança do Instituto, o trabalho em equipe, a integração dos elos da cadeia e a disseminação do conhecimento.

Processos de engajamento *multistakeholder*; diálogo e parcerias; interação com o governo e influência no poder público; articulação setorial com influência positiva no ambiente regulatório.

Os impactos decorrem de atividades gerenciadas pelo inpEV.

GRI 413-1, 205-2

VIABILIDADE ECONÔMICA

Como instituição sem fins lucrativos, as atividades do inpEV são majoritariamente custeadas por suas associadas e, em menor escala, por receitas geradas pelo próprio Sistema. O Instituto se compromete a buscar a autossuficiência econômica para o Sistema Campo Limpo. Para isso, foca em redução de custos, ganhos de eficiência e produtividade, ampliação da reciclagem e avalia oportunidades de contribuir com a gestão de resíduos de outros setores agrícolas e consultoria.

Desempenho econômico e financeiro; crescimento; novos negócios; geração de valor compartilhado.

Os principais impactos são decorrentes de atividades gerenciadas pelo inpEV.

GRI 102-7, 201-1, 201-4, 419-1

Valor investido no Sistema e distribuição do custeio pelos elos, desempenho econômico

Os temas resumem os impactos do inpEV e seu potencial para ampliar a influência positiva. A seguir, como eles podem contribuir com as prioridades definidas pelos ODS.

TEMA MATERIAL

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

EXPANSÃO DAS OPERAÇÕES



ECOEFICIÊNCIA OPERACIONAL



LOGÍSTICA



INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

-

DESENVOLVIMENTO HUMANO

-

EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO

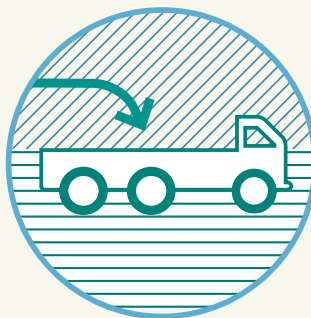


DIÁLOGO E COOPERAÇÃO MULTISTAKEHOLDER



VIABILIDADE ECONÔMICA

-



META ODS¹

2.4. Busca por sistemas de produção de alimentos sustentáveis e resilientes.

12.4. Manejo responsável de produtos químicos e resíduos.

12.5. Reduzir a geração de resíduos via prevenção, redução, reciclagem e reúso.

13.1. Ação contra a mudança global do clima para as metas de resiliência e capacidade de adaptação.

15.1. Vida terrestre para as metas de conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce.

13.2. Integração da problemática na estratégia da empresa.

-

-

4.7. Educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida mais saudáveis.

12.8. Informar e conscientizar as pessoas sobre o desenvolvimento sustentável e harmonia com a natureza.

13.3. Educação e conscientização sobre mudança do clima.

17.16. Parcerias que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos ODS.

-

1. Os enunciados das metas foram resumidos para facilitar a compreensão. Confira o conteúdo completo em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

Expansão das operações

GRI 102-10, 103-2 e 103-3



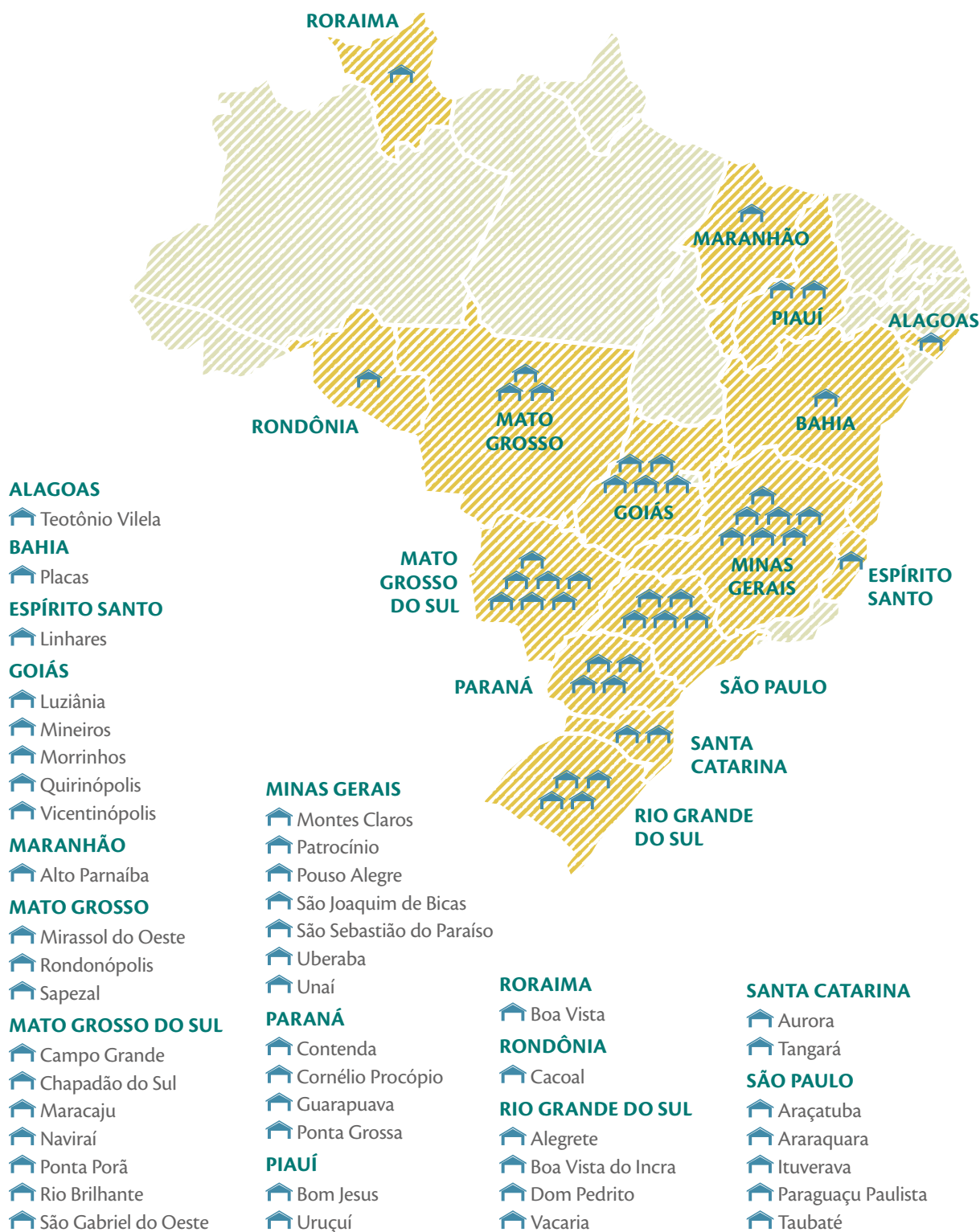
A presença do Sistema Campo Limpo em todo o país garante a efetividade da logística reversa das embalagens vazias ou com sobras pós-consumo de defensivos agrícolas. A abertura de novas unidades de recebimento acompanha o dinamismo do agronegócio brasileiro e a ampliação das fronteiras agrícolas.

Em julho de 2020, o inpEV inaugurou uma central de recebimento em Teotônio Vilela, em Alagoas, que substituiu a antiga central alagoana de Marechal Deodoro. Outro avanço foi a adaptação do antigo posto de Vicentinópolis, em Goiás, para se transformar em uma central de recebimento. No ano, o inpEV ainda obteve o licenciamento para iniciar a construção de uma nova central no município de Querência, em Mato Grosso.

No balanço dos postos, houve o acréscimo de 14 novos e o encerramento das operações de cinco unidades. Dessa forma, o Sistema Campo Limpo encerrou o ano com 411 unidades de recebimento (99 centrais e 312 postos). Das 99 centrais, 45 eram gerenciadas diretamente pelo inpEV em dezembro de 2020 (*veja mapa*).

Em 2020, entraram em operação a central de Teotônio Vilela (AL) e 14 postos. O antigo posto de Vicentinópolis (GO) também foi transformado em central.

CENTRAIS DE RECEBIMENTO GERENCIADAS PELO inpEV GRI 102-4 e 102-7



APOIO À GESTÃO DOS POSTOS

O gerenciamento dos postos de recebimento é feito pelo canal de distribuição (associações de revendas e cooperativas). Em 2020, o inpEV formatou o PQA Postos (Padronização do Procedimento Operacional para Postos), para assegurar a uniformização dos processos nessas unidades, e divulgou uma cartilha com boas práticas de gerenciamento. Também há um programa que garante a interação e o suporte da central de recebimento mais próxima aos postos, incluindo a realização de treinamentos para os operadores.

O inpEV continuou a implementar o SIP (Sistema de Informação de Postos), que permite o gerenciamento dos volumes de embalagens recebidos e o controle dos estoques nas unidades, contribuindo para o planejamento operacional. O sistema é similar ao SIC (Sistema de Informação das Centrais) e está integrado a ele. Em dezembro de 2020, 145 postos já contavam com o SIP, o que equivalia a 72% dos volumes transportados dos postos até as centrais.

RECEBIMENTOS ITINERANTES

Com os recebimentos itinerantes, o Sistema Campo Limpo assegura que pequenos agricultores, que vivem em locais distantes das unidades fixas de recebimento, realizem a correta devolução das embalagens vazias. Em 2020, aconteceram 3.946 eventos.

No começo da pandemia, alguns recebimentos itinerantes foram cancelados. Com a retomada, foi estruturado um protocolo específico para evitar aglomerações nesses eventos e assegurar o uso de EPIs (equipamentos de proteção individual).

SOBRAS PÓS-CONSUMO

O Sistema Campo Limpo está preparado para receber embalagens com sobras de defensivos agrícolas regularmente fabricados e comercializados, segundo prevê a Resolução Conama nº 465/2014. Foram destinadas 99 toneladas desses resíduos pós-consumo em 2020.

O inpEV também apoia as autoridades na destinação de produtos ilegais e defensivos agrícolas obsoletos, aqueles proibidos por lei desde 1985 (Portaria nº 329 do Ministério da Agricultura) e que ainda possam estar no campo. Em 2020, uma articulação entre o inpEV, Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Sindiveg (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal), CropLife e Receita Federal assegurou a destinação adequada de mais de 60 toneladas de produtos ilegais.

Logística

GRI 103-2 e 103-3



O Sistema Campo Limpo utiliza o modelo logístico conhecido como frete de retorno, no qual o mesmo veículo que entrega os defensivos agrícolas dos fabricantes aos agricultores, revendas e cooperativas transporta as embalagens vazias das unidades de recebimento até os recicladores e incineradores. Uma das vantagens do modelo é evitar emissões de GEE (gases de efeito estufa). O transporte dos postos às centrais, de menor quilometragem e que atende necessidades logísticas distintas, não emprega o modelo.

MODELO APRIMORADO

Ao longo de 2020, o inpEV concluiu os estudos que viabilizaram a elaboração do Modelo Aprimorado, que trata sobre o transporte dos remanentes (embalagens vazias de defensivos agrícolas). Até então, para realizar o transporte – dos agricultores aos postos e centrais, dos postos para as centrais e das centrais até as unidades de destinação –, costumavam-se emitir notas fiscais com valor simbólico, já que as embalagens vazias não têm valor comercial e não são tributadas, de acordo com o que determina a legislação.

A emissão das notas fiscais, no entanto, não é uma exigência legal. Com o novo modelo, que entrou em vigor no início de 2021, os agricultores e responsáveis pelos postos e centrais preenchem o SST (Solicitação de Saída e Transporte), documento elaborado pelo inpEV e que pode acompanhar os remanentes em todas as etapas de deslocamento. A mudança deve desburocratizar o processo e conferir mais agilidade às movimentações do Sistema.

13.715 caminhões
movimentados
em 2020:
9.702 veículos
deslocados dos postos
às centrais e
4.013 veículos
das centrais aos
recicladores e
incineradores.

Os representantes dos elos da cadeia foram apresentados ao Modelo Aprimorado antes de sua implementação. O material explicativo está disponível no site do inpEV e foi divulgado via WhatsApp e outros canais.

SEGURANÇA NA ESTRADA

O inpEV atua preventivamente para evitar a ocorrência de incidentes e acidentes durante o transporte dos volumes. Todos os caminhões que chegam às centrais e postos passam por uma inspeção, que considera a documentação, a condição do motorista e o estado do veículo, incluindo pneus, luzes, freios e cintas que amarram os fardos. Vale destacar que os motoristas são especializados, o que aumenta a segurança nas movimentações.

Para conter a propagação do coronavírus, além das orientações sobre o uso de máscara e a higienização das mãos, o protocolo estabelecido pelo inpEV previa que os motoristas evitassem descer dos caminhões durante a permanência nas unidades de recebimento.

Em abril, o inpEV realizou uma campanha de agradecimento aos motoristas, cujo trabalho foi essencial para a continuidade da operação do Sistema Campo Limpo e do agronegócio em meio à pandemia.



Ecoeficiência operacional

GRI 103-2 e 103-3



O inpEV está comprometido com a melhoria contínua dos processos e instalações do Sistema Campo Limpo para tornar sua operação cada vez mais ecoeficiente. Há, inclusive, uma planta arquitetônica modelo, com orientações sobre a adoção de tecnologias e de boas práticas ambientais nas centrais em construção ou que passarão por adequações e reformas. As recomendações consideram questões ligadas a conforto térmico e luminosidade, consumo de energia e de água e gestão de resíduos, entre outras. A nova central de Araçatuba (SP) foi construída segundo os preceitos de sustentabilidade e a unidade de Teotônio Vilela (AL) também incorporou algumas das recomendações.

Todas as unidades de recebimento possuem licença operacional e ambiental e alvará de funcionamento emitido pelo Corpo de Bombeiros. Em 2020, 30 centrais sob gestão do inpEV foram certificadas pela norma ISO 9001:2015, de gestão da qualidade, atestando a conformidade dos processos às melhores práticas internacionais. Em 2019, a certificação se estendia a sete centrais. A certificação também abrange os processos do inpEV no gerenciamento das centrais, da etapa logística e da destinação final das embalagens.

BENEFÍCIOS AMBIENTAIS COMPROVADOS GRI 305-5

Anualmente, a Fundação Espaço Eco, especializada em análises de impacto e ciclo de vida, conduz um estudo de ecoeficiência para mensurar os benefícios ambientais do Sistema Campo Limpo. A cada quatro anos, a metodologia é revisitada para assegurar o alinhamento às normas internacionais de avaliação de ciclo de vida de embalagens.

A avaliação compara o cenário atual real a uma circunstância hipotética, que desconsidera a existência do Sistema. O levantamento mais recente atestou que a atuação do Sistema Campo Limpo evitou a emissão de 823.167 toneladas de CO₂e na atmosfera entre 2002 (ano de sua estruturação) e 2020. Caso o Sistema não existisse, seria preciso plantar cerca de 5,9 milhões de árvores para compensar essas emissões. Apenas em 2020, a existência do Sistema Campo Limpo evitou a emissão de 70.509 toneladas de CO₂e e o consumo de 3 bilhões de megajoules de energia e de quase 80 milhões de litros de água.

O Sistema Campo Limpo ajudou a evitar:

823.167
toneladas de CO₂e
de 2002 a 2020,
equivalente a
15.557 viagens
de caminhão ao
redor da Terra.

36 bilhões
de megajoules de
energia, equivalente
ao consumo
de energia de
5,2 milhões de
residências durante
um ano.

Além de considerar os benefícios ambientais da destinação adequada das embalagens e de sua reinserção na economia, evitando o uso de matérias-primas virgens, o cálculo inclui o impacto da operação do Sistema Campo Limpo, como as emissões de GEE (gases de efeito estufa) da etapa logística e o consumo de água e energia das unidades de recebimento.

CONSUMO DE ENERGIA E ÁGUA GRI 302-1 e 303-3

O consumo total de energia em 2020 correspondeu a 1.136,5 GJ. Desse total, 1.095,6 GJ foram adquiridos de concessionárias de energia. Na matriz, como reflexo da adoção do *home office*, o consumo de energia elétrica caiu de 200 GJ em 2019 para 156,6 GJ em 2020. O consumo nas centrais de recebimento passou de 169 GJ em 2019 para 939 GJ em 2020. O aumento expressivo se deve à variação do escopo de cobertura do indicador no período, de sete para 29 centrais. O restante (40,9 GJ) foi gerado na central de Unaí (MG), que conta com um sistema fotovoltaico desde o fim de 2018. Ao longo de 2020, 82% da eletricidade consumida na unidade veio da autogeração.

As atividades realizadas nas centrais de recebimento geram um baixo consumo de água. O aumento verificado em 2020 também se explica pela ampliação do escopo de cobertura do indicador. Vale lembrar que não é possível monitorar o consumo de água da matriz do inpEV, localizada em um condomínio de escritórios sem medição individualizada.

CONSUMO DE ENERGIA (GJ) <small>GRI 302-1</small>	2018	2019 ¹	2020 ²
Aquisição de eletricidade	ND	369,0	1.095,6
Escritório administrativo	ND	200,0	156,6
Centrais de recebimento	ND	169,0	939,0
Autogeração de eletricidade - energia solar³	ND	41,2	40,9
Total	ND	410,2	1.136,5

ND: dado não disponível.

1 Com base no consumo de sete centrais que estiveram sob a gestão do inpEV durante a maior parte do ano.

2 Com base no consumo de 29 centrais que estiveram sob a gestão do inpEV durante todo o ano de 2020.

3 Autogeração de energia na central de recebimento de Unaí (MG). Os dados de 2019 foram recalculados e diferem do publicado no RS 2019. A informação anterior se baseava em estimativas e agora passa a ser aferida por um medidor na unidade.

CAPTAÇÃO DE ÁGUA ¹ (m³) <small>GRI 303-3</small>	2018	2019 ²	2020 ³
Poço artesiano	ND	ND	1.239,00
Empresas de saneamento	ND	494,00	1.455,00
Total	ND	494,00	2.694,00

ND: dado não disponível.

1 Os dados informados são parciais, limitados às unidades gerenciadas pelo inpEV e com monitoramento do consumo via hidrômetro em poço artesiano ou atendidas por concessionárias de abastecimento.

2 Consumo da central de recebimento de Rondonópolis (MT).

3 Além de Rondonópolis, o indicador considera as centrais localizadas em Placas (BA); Alto Parnaíba (MA); Ponta Porã (MS); Montes Claros, São Sebastião do Paraíso e Uberaba (MG); Contenda e Guarapuava (PR); Uruçuí (PI) e Boa Vista do Incra (RS).

Desenvolvimento humano

GRI 102-8 e 102-10



O inpEV encerrou 2020 com 273 colaboradores, aumento de quase 50% em relação a 2019. O crescimento se deve ao processo de incorporação das centrais de recebimento, que teve sequência em 2020. A maioria dos novos colaboradores já atuava nas centrais, então gerenciadas pelas associações de revendas e cooperativas, e passou a fazer parte do quadro funcional do inpEV. O Instituto prioriza o aproveitamento interno, uma maneira de valorizar a especialização desses profissionais e o conhecimento que eles detêm sobre o Sistema Campo Limpo.



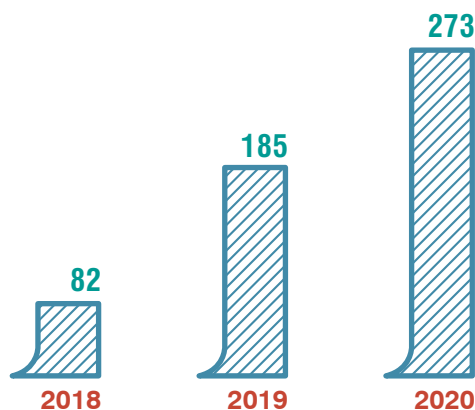
Assim que o processo de incorporação de uma central é concluído, os colaboradores participam de uma integração, em que compartilham um pouco de sua experiência sobre o Sistema e passam por uma imersão sobre a missão, a visão e os valores do inpEV, o funcionamento dos sistemas de gestão e as regras de segurança, entre outros temas. Com a pandemia, as integrações passaram a ocorrer em ambiente virtual.

Outra iniciativa que garante a ambientação dos novos colaboradores, válida para os que já atuavam nas centrais incorporadas e para os que chegam agora ao Instituto, é o Programa de Apadrinhamento. Cada novo profissional pode contar com o suporte de um colaborador mais experiente, que se compromete a acompanhá-lo por determinado período e se prontifica a esclarecer dúvidas sobre a rotina de trabalho.

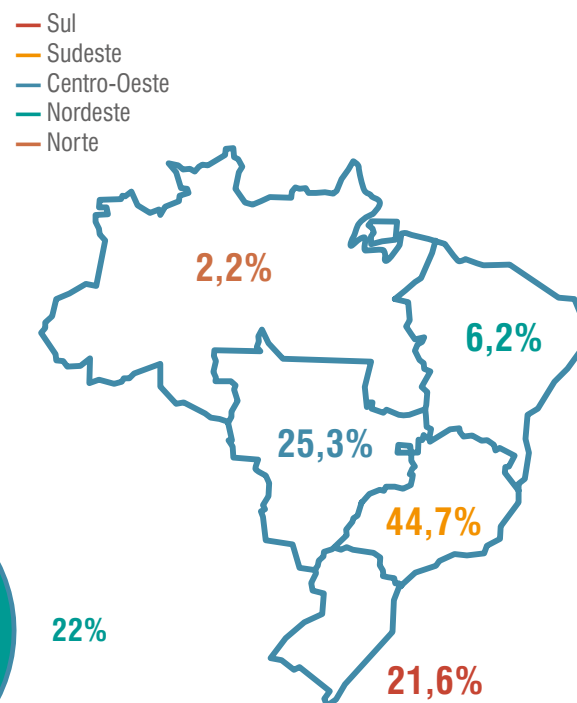


O TIME

Número de colaboradores

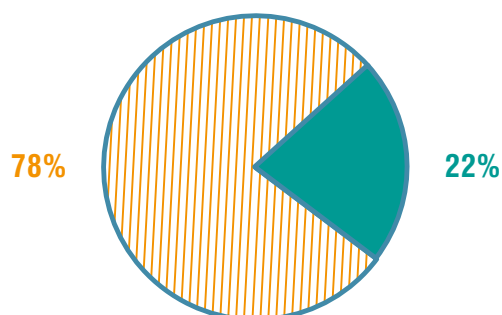


Localização geográfica



Gênero

- Homens
- > Mulheres



TOTAL DE COLABORADORES ^{1,2} GRI 102-8	2018	2019	2020	2020	2020
				Permanentes	Temporários
Por gênero					
Homens	50	125	213	208	5
Mulheres	33	60	60	59	1
Por região					
Centro-Oeste	9	34	69	66	3
Nordeste	0	15	17	17	0
Norte	5	0	6	6	0
Sudeste	63	104	122	119	3
Sul	6	32	59	59	0
Total	83	185	273	267	6

1 A maioria (98%) dos colaboradores cumpre jornada integral de trabalho.

2 Além dos colaboradores, integraram a força de trabalho do inpEV em 2020 três aprendizes, dois estagiários e dez profissionais terceirizados. Cinco terceirizados atuam na sede administrativa nas áreas de Tecnologia da Informação, transporte courier e copa e cinco são contratados via agência para atividades operacionais do Instituto.

Todos os colaboradores são cobertos por acordos de negociação coletiva. GRI 102-41

CICLO DE DESENVOLVIMENTO GRI 103-2, 103-3, 404-1 e 404-3

Uma das principais diretrizes do modelo de gestão de pessoas do inpEV é garantir o desenvolvimento contínuo dos colaboradores. A partir dessa estratégia, a área de Recursos Humanos desenvolve uma série de iniciativas.

No programa ADCR (Avaliação de Desempenho e Contrato de Resultado), os colaboradores da área administrativa e que atuam em funções de supervisão, coordenação, gerência e diretoria definem anualmente, em conjunto com o gestor, as metas individuais. Há, ainda, as avaliações de desempenho, compostas de autoavaliação e avaliação pelo líder direto. Em 2020, 80 profissionais (29% do total) eram elegíveis (mais de um ano nos cargos citados) e 78 foram avaliados. Para os operadores das centrais, há uma avaliação de potencial.

A contratação das metas e as análises de desempenho orientam o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual), que define os treinamentos a serem realizados pelos profissionais. No âmbito do PDI, todos os supervisores das centrais – líderes de primeiro nível – passaram por um treinamento sobre liderança. Ao longo do ano, também foi desenvolvido o PDL (Programa de Desenvolvimento da Liderança), voltado aos coordenadores, gerentes e diretores. Ambos foram realizados em parceria com o ICI (Instituto Internacional de Coaching) e disponibilizaram ferramentas que auxiliam o gestor em suas diferentes atribuições (técnicas de *feedback*, avaliação da maturidade da equipe e gestão das emoções, entre outras).

Também houve capacitações para os colaboradores da área administrativa, mapeadas a partir da avaliação de desempenho de 2019, e os treinamentos de integração para os novos colaboradores. No total, foram 14.114 horas de treinamento, número 33% mais alto que o do ano anterior. O aumento no número de colaboradores do Instituto impactou a média de horas de capacitação por colaborador, que ficou em 51,7 horas/colaborador em 2020 ante 57,3 horas/colaborador em 2019.

AValiação de Desempenho¹ GRI 404-3

2020

Por gênero

Homens	100,0%
Mulheres	94,6%

Por categoria funcional

Gerentes	85,7%
Coordenadores	100,0%
Coordenadores/Supervisores de centrais	100,0%
Administrativo	96,4%

Total **97,5%**

¹ O cálculo segue a fórmula: Número de colaboradores que passaram pela avaliação/Total de colaboradores elegíveis X 100 (para cada segmento analisado).

Os treinamentos **cresceram 33%** em relação a 2019. Grande parte das capacitações de 2020 ocorreu em ambiente virtual.

MÉDIA DE TREINAMENTOS (h/colaborador) GRI 404-1	2018	2019	2020
Por gênero			
Homens	10,5	67,6	53,7
Mulheres	20,6	35,8	44,6
Por categoria funcional			
Diretores	0,0	1,5	19,0
Gerentes	19,1	5,4	24,0
Coordenadores	21,5	11,8	31,3
Coordenadores/Supervisores de centrais	0,0	35,1	89,7
Administrativo	24,1	35,9	47,4
Operacional	0,3	49,8	46,3
Total	14,5	57,3	51,7

DIAGNÓSTICO DE AMBIENTE DE TRABALHO

Com o recente aumento de seu quadro funcional, o inpEV identificou a necessidade de colher a percepção dos profissionais sobre a organização. Em parceria com o GPTW (Great Place to Work), foi realizado o primeiro diagnóstico de ambiente de trabalho do Instituto, que registrou a adesão de 78% dos colaboradores convidados a responder ao questionário. A pesquisa apontou uma favorabilidade de 83%. Agora, a área de Recursos Humanos deve aprofundar alguns temas identificados como relevantes no diagnóstico. Uma nova rodada da pesquisa está prevista para acontecer em 2023.

SAÚDE E SEGURANÇA GRI 103-2 e 103-3

O compromisso com a segurança de todos os colaboradores e dos envolvidos no Sistema Campo Limpo é um dos valores do inpEV. Desde 2018, o Instituto conta com um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, que assegura a padronização de processos para prevenir acidentes e doenças ocupacionais e monitorar e mitigar riscos. Exemplos desses procedimentos são: existência de mapa de risco nas unidades, sinalização de segurança em todos os equipamentos, promoção do uso e da conservação dos equipamentos de proteção individual (EPIs), realização de DDS (Diálogo Diário de Segurança), avaliação ergonômica dos postos de trabalho, processos específicos para operação das prensas e para trabalho em altura e medição periódica de ruído.

A segunda edição da Sipat (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) do Sistema Campo Limpo foi realizada no mês de outubro de forma remota. Com o tema “Cuido de mim, cuido de você, cuidamos de todos”, a programação incluiu palestras, Diálogos Diários de Segurança especiais e atividades lúdicas. A cada dia, duas centrais eram sorteadas para realizar *tours* virtuais, mostrando as unidades para os demais participantes. A Sipat envolveu 98 centrais de recebimento de todas as regiões do país.

Também foram organizadas palestras em datas-chave: Setembro Amarelo (prevenção ao suicídio), Outubro Rosa (prevenção ao câncer de mama) e Novembro Azul (prevenção ao câncer de próstata). Houve, ainda, uma palestra sobre hábitos alimentares e orientação nutricional individual.

Outra ação de destaque, que impacta diretamente o bem-estar dos colaboradores, foi a aprovação da política de *short Friday* na matriz, que encerra a jornada de trabalho às 13h no último dia da semana, com a compensação da diferença entre segunda-feira e quinta-feira. A adesão ao modelo fica a critério de cada colaborador.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO¹ GRI 403-9

2020

Total de horas trabalhadas	597.600,00
Índice de frequência de acidentes²	30,12
Óbitos resultantes de acidentes de trabalho (total)	0
Óbitos resultantes de acidentes de trabalho (índice)	0,00
Acidentes de trabalho com consequência grave (total)³	0
Acidentes de trabalho com consequência grave (índice)	0,00
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (total)⁴	12
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (índice)	20,80

Obs.: Todos os índices seguem a fórmula: número de incidentes/total de horas trabalhadas X 1.000.000.

1 Com base na operação total do inpEV em 2020, incluindo o escritório administrativo e 45 centrais de recebimento gerenciadas. Os cálculos consideraram um efetivo médio de 249 pessoas.

2 Inclui incidentes de baixa gravidade atendidos no local. Total: 18 acidentes (12 com afastamento e 6 sem).

3 Acidentes que geram lesão ou limitação das capacidades do trabalhador por período acima de seis meses.

4 Considera os acidentes com afastamento.

Inovação e tecnologia

GRI 103-2 e 103-3



A inovação e o desenvolvimento tecnológico pautam a atuação do inpEV em seu esforço para aprimorar processos e aumentar a eficiência do Sistema Campo Limpo.

Em 2020, o inpEV começou a utilizar uma ferramenta de BI (*business intelligence*), que aprimora a gestão e confere agilidade às tomadas de decisão. A ferramenta coleta dados e gera relatórios para análise com indicadores específicos, a partir de recortes customizados. Coordenado pela área de Tecnologia da Informação, o projeto foi concluído para as áreas Financeira e de Suprimentos em 2020. A ferramenta está sendo implementada nas áreas de Operações e Destino Final e, até o fim de 2021, deve ser estendida às demais áreas do inpEV. A ferramenta de BI também foi integrada ao adEV (Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias), sistema eletrônico em que os agricultores podem programar as datas das devoluções nas unidades. Os relatórios gerados a partir da ferramenta contribuem para aprimorar o gerenciamento dos recebimentos e a operação das unidades.

Também teve sequência o projeto para garantir a rastreabilidade das embalagens vazias. Nas centrais de Araraquara (SP) e Pouso Alegre (MG), os fardos das embalagens compactadas recebem um código de barras, que contém dados provenientes do SIC (Sistema de Informação das Centrais), como o tipo de material e seu peso total. O projeto facilita o controle nas próprias centrais e nas fases posteriores, quando os volumes são transportados até as recicladoras e incineradoras parceiras do Sistema. Com os resultados obtidos na etapa piloto, em 2021 o projeto começará a ser estendido para as demais centrais de recebimento.

ECOCAP® SMART

Outro exemplo recente de inovação vem da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas. Em 2020, a recicladora desenvolveu para um cliente específico um novo modelo da Ecocap®, sistema de vedação produzido com resina 100% reciclada. A Ecocap® Smart vem com um QR Code, permitindo a inclusão de informações técnicas sobre o produto e ampliando as possibilidades de rastreabilidade e autenticidade. Trata-se de um item com maior valor agregado, que contribui para a sustentabilidade do Sistema, já que o lucro da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas e da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos é revertido para o custeio do Sistema.

O inpEV investe em projetos de tecnologia para aprimorar a gestão e garantir a rastreabilidade em todas as etapas de logística reversa das embalagens vazias.

Educação e conscientização

GRI 103-2 e 103-3



Em 2020, o PEA adaptou o jogo Os Guardiões do Planeta e os ODS para a web. De maneira lúdica e agora interativa, o jogo trabalha os **17 objetivos** da Agenda 2030. Acesse: <http://game.ods.inpevcampolimpo.org.br/>

O inpeV se vale da capilaridade do Sistema Campo Limpo para desenvolver diferentes iniciativas de educação e conscientização, que incluem a sensibilização dos agricultores para garantir a correta destinação das embalagens vazias de defensivos agrícolas e a educação ambiental de estudantes e membros das comunidades próximas às unidades de recebimento.

PEA MAIS DIGITAL GRI 413-1

“A caminho da economia circular” foi o tema do PEA (Programa de Educação Ambiental) Campo Limpo em 2020, que tem como público-alvo alunos dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. O objetivo era disseminar entre os estudantes o conceito de economia circular, demonstrando as diferentes etapas do ciclo de vida dos produtos e as oportunidades de ampliá-lo a partir da correta gestão dos resíduos sólidos. Mais uma vez, o conteúdo pedagógico apostou na conexão com os 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), da ONU (Organização das Nações Unidas).

Com a interrupção das aulas presenciais durante quase todo o ano letivo em função da pandemia, o programa foi adaptado para o formato digital: o caderno do professor foi digitalizado e o jogo de tabuleiro sobre os ODS ganhou versão on-line, no site do PEA.

No ano, 253,5 mil alunos, de 2.562 escolas espalhadas por 346 municípios brasileiros, foram impactados pelo PEA. O programa contou com a participação de 97 centrais de recebimento, localizadas em 20 estados.

Para levar os conteúdos do PEA aos alunos da rede municipal de São Paulo (SP), **439 professores** concluíram o curso de formação EAD em 2020.

BENEFICIADOS PEA	2018	2019	2020
Municípios	298	324	346
Escolas	2.462	2.571	2.562
Salas de aula	9.722	10.154	10.651
Alunos	230.857	240.622	253.513



Com o PEA, os alunos conhecem as etapas do ciclo de vida dos produtos e como é possível ampliá-lo a partir da correta gestão dos resíduos sólidos.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Um dos avanços de 2020 foi a expansão do PEA nas escolas municipais da cidade de São Paulo, iniciativa que teve início em 2019 e busca contribuir para a educação ambiental dos alunos e disseminar o modelo de logística reversa e economia circular do Sistema Campo Limpo. Com a pandemia, o curso de formação para os professores da rede municipal de ensino foi adaptado para o ambiente virtual e ocorreu entre outubro e dezembro. Ao todo, 530 professores de 355 escolas municipais se inscreveram – 439 professores (83% do total) concluíram a capacitação.

A formação EAD dos professores da capital paulista se mostrou tão efetiva que, a partir de 2021, será estendida para aos educadores engajados com o PEA nas demais regiões do país.

SOLIDARIEDADE É DESTAQUE NO DNCL GRI 413-1

A 16ª edição do DNCL (Dia Nacional do Campo Limpo), celebrado dia 18 de agosto e que mobiliza todos os elos da cadeia agrícola, também foi diferente em 2020. Com o tema “Celebrar conquistas e multiplicar a solidariedade”, o DNCL empregou a força e a capilaridade do Sistema Campo Limpo para ajudar famílias em situação de vulnerabilidade, agravada pelos desdobramentos da pandemia. Ao todo, 97 unidades de recebimento de 20 estados arrecadaram 9,8 mil cestas básicas, repassadas a instituições locais, responsáveis pela distribuição às famílias.

BENEFICIADOS PEA

253.513

alunos

10.651

salas de aula

2.562

escolas

346

municípios



97 centrais se engajaram para arrecadar cestas básicas durante a edição 2020 do DNCL.

Foi também a primeira edição virtual do evento. A solenidade oficial de celebração da data foi realizada no programa Agro 360 Especial Dia Nacional do Campo Limpo, transmitido no canal Terra Viva. Participaram da solenidade a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado federal Alceu Moreira, o presidente do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Márcio Lopes de Freitas, o presidente executivo da Andav (Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários), Paulo Tiburcio, e o ex-ministro da Agricultura e coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, Roberto Rodrigues.

A programação ainda incluiu:

- **DNCL Portas Abertas:** os participantes puderam conhecer o funcionamento de uma central de recebimento do Sistema Campo Limpo por meio de um tour virtual. O vídeo registrou mais de 260 mil visualizações.
- **Esquete teatral:** voltado às crianças, o vídeo apresentou de forma lúdica os conceitos de economia circular e consumo consciente.

CURSO ON-LINE SOBRE O SISTEMA CAMPO LIMPO

Em 2020, o curso on-line sobre o Sistema Campo Limpo foi realizado por mais de 2 mil pessoas. Aberto a todos (colaboradores das empresas associadas e das revendas e cooperativas, agricultores, estudantes e profissionais de logística de outros setores, entre outros), o curso utiliza uma linguagem atrativa e amigável para apresentar o funcionamento do Sistema, as responsabilidades de cada elo da cadeia e as legislações pertinentes.

CONSCIENTIZAÇÃO DO AGRICULTOR

É compromisso do inpEV orientar os agricultores sobre a devolução das embalagens vazias e os procedimentos adequados de armazenagem. Ao longo do ano, foram realizadas as campanhas Devolução de Embalagens com Sobras, Devolução e Tampas e Lave e Devolva, com materiais distribuídos nas unidades de recebimento e revendas e divulgados nas redes sociais.

O inpEV também compartilhou com os agricultores materiais sobre prevenção ao coronavírus e difundiu os novos protocolos para assegurar o recebimento de embalagens de forma segura nas centrais, postos e recebimentos itinerantes. No site institucional do inpEV, foi criada uma página exclusiva para divulgar todas as medidas adotadas no combate à Covid-19.

154 toneladas de alimentos foram arrecadadas e distribuídas a famílias em situação de vulnerabilidade durante a edição 2020 do DNCL.

A edição virtual do DNCL registrou **600 mil visualizações** no canal do inpEV no YouTube. O evento também repercutiu no Facebook, alcançando mais de **4,8 milhões de pessoas**.

Em 2020, as publicações na página do inpEV no Facebook alcançaram **25 milhões de pessoas**. Foram ao todo **719 mil interações**, entre curtidas, comentários e compartilhamentos.

Diálogo e cooperação *multistakeholder*

GRI 102-12, 103-2 e 103-3



A participação do inpEV em diferentes iniciativas e grupos multilaterais possibilita o compartilhamento do modelo bem-sucedido de logística reversa e economia circular do Sistema Campo Limpo, influenciando positivamente outros setores. Essa interação também garante que o inpEV acompanhe discussões setoriais importantes, incluindo temas relacionados à agenda global de sustentabilidade.

Desde 2019, o inpEV é integrante da Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas) que impulsiona boas práticas entre as organizações nos temas de direitos humanos, relações trabalhistas, meio ambiente e procedimentos anticorrupção. São cerca de 14 mil membros espalhados em 160 países – apenas no Brasil, são mais de 950 membros. O inpEV participa do Grupo Temático de Alimentos e Agricultura da Rede Brasil e busca disseminar os dez princípios do Pacto Global para as empresas associadas. Outro compromisso do Instituto é disseminar os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), que foram inseridos no conteúdo do PEA (Programa de Educação Ambiental) Campo Limpo (*leia mais na página 42*).

O inpEV ainda aproveita sua representatividade em diferentes fóruns setoriais e da indústria para reafirmar a importância dessas agendas e seu compromisso com a gestão responsável dos recursos, tais como a Assembleia dos Associados, que inclui as empresas fabricantes de agroquímicos, o Comitê de Insumos da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio) e o Comitê de Resíduos da CNI (Confederação Nacional da Indústria), do qual é coordenador. Os temas também estão presentes em diferentes encontros em que o inpEV é convidado a falar (*veja a seguir a relação dos principais eventos de 2020*).

Eneb 2020

Mais uma vez, o inpEV apoiou o Eneb (Evento Nacional Enactus Brasil), da organização global Enactus, que estimula universitários a desenvolverem projetos empreendedores e sustentáveis. De forma inédita, o Brasil, representado pelo time vencedor do Eneb, foi um dos quatro países finalistas da Enactus World Cup 2020, da qual participaram 37 países.

O Instituto participa, ainda, do Proclima (Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo), que estimula a adoção de estratégias para a redução das emissões de GEE (gases de efeito estufa) entre as organizações.

SISTEMA CAMPO LIMPO: REFERÊNCIA MUNDIAL

Em 2020, o diretor-presidente do inpEV apresentou o modelo brasileiro de logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas em um seminário on-line promovido pela Cleanfarms Inc., organização canadense de gestão ambiental. Também iniciou um processo de transferência de conhecimentos com a Argentina e os Estados Unidos.

O Sistema Campo Limpo foi destaque na edição 2020 do Dia de Campo – Caminhos do Agro SP, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. A *live* com a presença do diretor-presidente do Instituto aconteceu em 17 de agosto, sendo integrada às atividades do DNCL (Dia Nacional do Campo Limpo). O diretor-presidente participou, ainda, das *lives* de abertura e de encerramento do projeto Cidadania no Campo: Caminhos do Agro SP, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. O projeto apresentou dez episódios sobre iniciativas que promovem uma agricultura mais eficiente e sustentável – o Sistema Campo Limpo foi retratado em um deles.

Em novembro, o diretor-presidente celebrou um ano da adesão do inpEV ao Proclima em uma *live* promovida pela Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

O inpEV marcou presença na Show Rural Coopavel, que aconteceu em fevereiro na cidade de Cascavel (PR).



Confira os outros eventos de 2020 que contaram com a participação do inpEV:

- Show Rural Coopavel, em Cascavel (PR)
- ShowTech 2020, em Maracaju (MS)
- *Live* Os Desafios de Liderar no Mundo Virtual, da GS1 Brasil
- *Live* promovida pela ThinkBrasil em comemoração à Semana do Meio Ambiente
- 8º Webinar Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Mato Grosso (Pers-MT), realizado pela Fundação Uniselva
- Semana do Meio Ambiente, da Prefeitura de Chapadão do Sul (MS)

O Instituto apoiou, ainda, a 19ª edição do Congresso Brasileiro do Agronegócio, da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio).

No início de 2020, o inpEV organizou uma palestra sobre reforma tributária para as empresas associadas, compartilhando atualizações sobre o tema. Compareceram mais de 50 pessoas.

COMPROMISSO REPACTUADO GRI 102-12

Em 2020, o inpEV repactuou sua adesão ao Termo de Compromisso para Logística Reversa de Embalagens Vazias de Agrotóxicos do Estado do Ceará. Além do acordo com esse estado, o Instituto se mantém comprometido com os termos de compromisso de São Paulo e do Paraná. Anualmente, reporta o atendimento às metas de destinação e de abrangência geográfica para os três estados.

Viabilidade econômica

GRI 103-2, 103-3 e 201-4



As receitas do inpEV são provenientes das contribuições da indústria fabricante de defensivos agrícolas, dos ingressos para custeio das unidades de recebimento, das taxas de credenciamento dos recicladores e do arrendamento da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, sendo as receitas oriundas da reciclagem a principal fonte dos custos de operação das unidades de recebimento. Não há repasses financeiros do governo ou de agências de crédito.

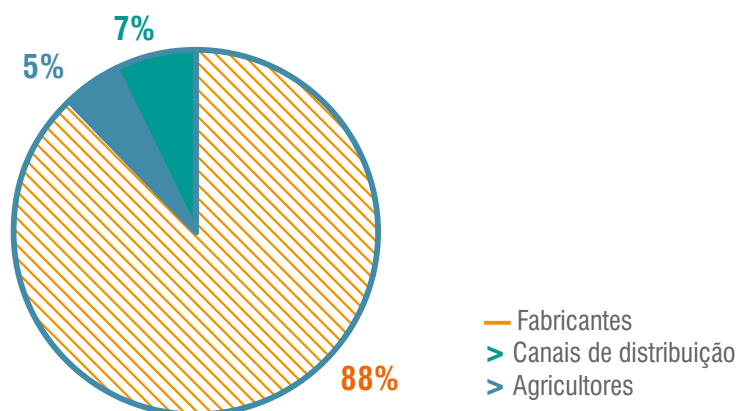
A autossustentação do Sistema é um dos objetivos explicitados na visão do inpEV e direciona diferentes iniciativas que buscam aumentar a produtividade e a eficiência e reduzir custos. Em 2020, por exemplo, foi aprovado o projeto de uma nova prensa a ser utilizada nas centrais de recebimento, que deve elevar a produtividade nessas unidades em cerca de 60%. No âmbito administrativo, o inpEV estruturou o projeto GED (Gestão Eletrônica de Documentos), que entra em vigor em 2021 e representará ganhos de produtividade e redução de custos.

Em 2020, os recursos gerados responderam por aproximadamente 65% dos custos do Sistema – a expectativa é que esse percentual aumente gradativamente até ser alcançado o autofinanciamento. Para assegurar uma gestão transparente, o orçamento é acompanhado em reuniões mensais da gerência e do Conselho Diretor.

O inpEV tem sido procurado e vem dialogando com outros setores para ajudá-los a encontrar alternativas para estruturar e gerir seus resíduos. Isso poderá contribuir para a redução dos custos do Sistema Campo Limpo.

Desde 2002, todos os elos da cadeia investiram cerca de **R\$ 1,4 bilhão** no custeio da operação do Sistema Campo Limpo.

Custeio do Sistema em 2020 (%)



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO GRI 102-7 e 201-1

R\$ milhões	2018	2019	2020
Ativo total	108,8	136,7	165,3
Recursos totais que financiam o programa (inpEV + elos da cadeia) acumulados desde 2002	1.253	1.380	1.399
Receita líquida das atividades	135,4	139,2	146,0
Contribuições de associados	72	72	69,2
Taxa de credenciamento ¹	15	16,5	17,6
Arrendamento Campo Limpo ²	8	10	11,2
Patrimônio líquido	98	113,2	112,4
Dívida líquida ³	2	2	2,6

1 Paga pelos recicladores pela remessa de embalagens enviadas pelo inpEV e pela cooperação técnica com o Instituto.

2 Aluguel pago pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ao inpEV.

3 Considera apenas obrigações com fornecedores, excluindo obrigações com centrais e postos.

Outras informações sobre o desempenho econômico do inpEV estão disponíveis nas demonstrações financeiras, apresentadas a partir da página 57.

Como se associar ao inpEV

Para se associar ao inpEV, as indústrias fabricantes ou importadoras que detenham registro de defensivos agrícolas de acordo com a Lei Federal nº 7.802/89 devem estar aderentes às seguintes circunstâncias: fabricar (direta ou indiretamente, via contrato de *tolling*), formular ou importar pelo menos um produto defensivo agrícola já comercializado no mercado brasileiro e ser o titular dos direitos de fabricação, formulação ou importação relativos ao registro do referido produto perante o órgão competente, demonstrando, assim, que fazem parte da cadeia de custódia do produto.

O contato inicial com o inpEV deve ser feito via e-mail ou telefone. Em seguida, é realizada uma reunião com o representante legal da empresa, momento em que são fornecidas mais informações sobre o Sistema Campo Limpo, os procedimentos de afiliação, os processos internos do inpEV e os custos. A proposta de associação é apresentada ao Conselho Diretor mensalmente para aprovação final. O inpEV encerrou o ano com 131 associados.

ASSOCIADAS

- ADAMA BRASIL S.A.
- ADM DO BRASIL LTDA.
- AGBITECH CONTROLES BIOLÓGICOS LTDA.
- AGRIVALLE BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- AGRO IMPORT DO BRASIL LTDA.
- AGROCETE INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA.
- AGROFRESH BRASIL LTDA.
- AGROVANT COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- ALAMOS DO BRASIL LTDA.
- ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA.
- ALLIERBRASIL AGRONOMIA LTDA.
- ALTA - AMÉRICA LATINA TECNOLOGIA AGRÍCOLA LTDA.
- AMERIBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- AMVAC DO BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.
- ANASAC BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.
- ANDERMATT DO BRASIL SOLUÇÕES BIOLÓGICAS LTDA.
- ATTA-KILL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- AVGUST CROP PROTECTION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
- BALLAGRO AGRO TECNOLOGIA LTDA.
- BASF S.A.
- BAYER S.A.
- BEQUISA INDÚSTRIA QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
- BIO CONTROLE MÉTODOS DE CONTROLE DE PRAGAS LTDA.
- BIO SPRINGER DO BRASIL INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A.
- BIOCONTROL SISTEMA DE CONTROLE BIOLÓGICO LTDA.
- BIOMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO - EIRELI
- BIONAT SOLUÇÕES BIOLÓGICAS LTDA.
- BIORISK ASSESSORIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- BIOTROP SOLUÇÕES BIOLÓGICAS LTDA.
- BIOVALENS LTDA.
- BRA DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- CCAB AGRO S.A.
- CHDS DO BRASIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.
- CHEMITEC AGRO-VETERINÁRIA LTDA.
- COMDEAGRO - COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO
- COPALLIANCE - COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
- CP 2 LTDA.
- CROPCHAM LTDA.
- CROSS LINK CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA.
- DALNEEM BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
- DE SANGOSSE AGROQUÍMICA LTDA.
- DEGESCH DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- DILLON BIOTECNOLOGIA LTDA.
- DINAGRO AGROPECUÁRIA LTDA.
- DOMINUS QUÍMICA LTDA.
- DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.
- DU PONT DO BRASIL S.A.
- ENERGIS 8 AGROQUÍMICA LTDA.
- FÊNIX AGRO PECUS INDUSTRIAL LTDA.
- FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
- FORQUÍMICA AGROCIÊNCIA LTDA.
- GÊNICA INOVAÇÃO BIOTECNOLÓGICA LTDA.
- GREEN PLACE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
- HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA.
- IHARABRÁS S.A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS
- INDOFIL INDUSTRIES DO BRASIL LTDA.
- INDÚSTRIA QUÍMICA DIPIL LTDA.
- INNOVA LTDA.
- INQUIMA LTDA.
- IRRIGAÇÃO DIAS CRUZ LTDA.
- ISAGRO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROQUÍMICOS LTDA.
- ISCA TECNOLOGIAS LTDA.
- KOPPERT DO BRASIL HOLDING LTDA.
- LALLEMAND SOLUÇÕES AGROBIOLÓGICAS LTDA.
- LANDEVO QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
- LUXEMBOURG BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- MANEOGENE AGROCIÊNCIAS S.A.
- MASTERBOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- MEZFER BR SOLUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA.
- MICROBIO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.
- MICROSAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.
- MITSUI & CO (BRASIL) S.A.
- MOMENTIVE PERFORMANCE MATERIALS INDÚSTRIA DE SILICONES LTDA.
- MONSANTO DO BRASIL LTDA.
- MORSOLETTO & VICENTE CANO LTDA.
- NICHINO DO BRASIL AGROQUÍMICOS LTDA.

- NOOA CIÊNCIA E TECNOLOGIA AGRÍCOLA LTDA.
- NORTOX S.A.
- NOVOZYMES BIOAG PRODUTOS PARA AGRICULTURA LTDA.
- OLIGOS BIOTECNOLOGIA FABRICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- OMEX AGRIFLUIDS DO BRASIL PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- ORO AGRI BRASIL PRODUTOS PARA AGRICULTURA LTDA.
- OURO FINO QUÍMICA LTDA.
- OXQUÍMICA AGROCIÊNCIA LTDA.
- OXON BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- PB BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GELATINAS LTDA.
- PERTERRA INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A.
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
- PILARQUIM BR COMERCIAL S.A.
- PLATO DO BRASIL COMÉRCIO LTDA.
- PRENTISS QUÍMICA LTDA.
- PROMIP MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS LTDA.
- PROPHYTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- PROREGISTROS REGISTROS DE PRODUTOS LTDA.
- PROVENTIS LIFESCIENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- PROVIVI DO BRASIL SERVIÇOS AGRÍCOLAS LTDA.
- PRTRADE TECNOLOGIA E INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
- QUIMETAL PRODUTOS QUÍMICOS DO BRASIL LTDA.
- RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- RIZOFLORA BIOTECNOLOGIA S.A.
- ROTAM DO BRASIL AGROQUÍMICA E PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- SABERO ORGANICS AMÉRICA S.A.
- SHARDA DO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E AGROQUÍMICOS LTDA.
- SIMBIOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES E INSUMOS MICROBIOLÓGICOS LTDA.
- SINON DO BRASIL LTDA.
- SIPCAM NICHINO BRASIL S.A.
- SOLUS INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA.
- STOCKTON - AGRIMOR DO BRASIL LTDA.
- STOLLER DO BRASIL LTDA.
- SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUÍMICA S.A.
- SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA.
- SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS S.A.
- TAGROS BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- TAMINCO DO BRASIL PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- TECNOMYL BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- TIDE DO BRASIL LTDA.
- TOYOBO DO BRASIL PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA.
- TRADECORP DO BRASIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.
- TUNDRA AGROINDUSTRIAL LTDA.
- TZ BIOTEC LTDA.
- UNIBRÁS AGROQUÍMICA LTDA.
- UNION AGRO LTDA.
- UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A.
- VECTORCONTROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
- VITAL BRASIL CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- VITTIA FERTILIZANTES E BIOLÓGICOS LTDA.
- W. NEUDORFF SERVIÇOS DE AGRICULTURA DO BRASIL LTDA.
- XINGFA & WENDA DO BRASIL LTDA.
- YONON BIOCIÊNCIAS E DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- ZHONGSHAN QUIMICA DO BRASIL LTDA.

RECICLADORAS E INCINERADORAS PARCEIRAS

NOME	LOCALIZAÇÃO
RECICLADORAS	
CAMPO LIMPO TAMPAS E RESINAS PLÁSTICAS LTDA.	TAUBATÉ (SP)
CAMPO LIMPO RECICLAGEM E TRANSFORMAÇÃO DE PLÁSTICOS S.A.	TAUBATÉ (SP)
CIMFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.	MARINGÁ (PR)
DINOPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.	LOUVEIRA (SP)
PLASTIBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	CUIABÁ (MT)
ECO PAPER PRODUTOS EM PAPEL LTDA.	PINDAMONHANGABA (SP)
TUBOLIX EMBALAGENS LTDA.	TIETÊ (SP)
GLOBAL STEEL TRANSPORTE E COMÉRCIO DE FERRO E AÇO EIRELI	PIRACICABA (SP)
VALPASA INDÚSTRIA DE PAPEL LTDA.	TANGARÁ (SC)
VASITEX VASILHAMES LTDA.	GUARULHOS (SP)
INCINERADORAS	
CLARIANT S.A./PCN SUZANO SPE S.A.	SUZANO (SP)
ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.	TABOÃO DA SERRA (SP)
ECOVITAL CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL S.A.	SARZEDO (MG)
NEOTECH SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.	UBERABA (MG)

Sumário de conteúdo da GRI GRI 102-55

Conteúdo	Página/Resposta
GRI 101: FUNDAMENTOS 2016	
GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS 2016	
102-1 Nome da organização	17
102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	A descrição está na página 17. Não há nenhum serviço prestado pelo inpEV em determinado mercado que seja proibido em outras regiões de atuação.
102-3 Localização da sede da organização	17
102-4 Local de operações	29
102-5 Natureza da propriedade e forma jurídica	Entidade privada sem fins lucrativos.
102-6 Mercados atendidos	11
102-7 Porte da organização	17, 29, 50
102-8 Informações sobre empregados e outros trabalhadores	36, 37
102-9 Cadeia de fornecedores	18
102-10 Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecedores	Não houve alteração significativa na cadeia de fornecedores, e as mudanças na própria organização são reflexo do aumento dos volumes destinados e da ampliação do total de unidades gerenciadas pelo inpEV, conforme descrito nas páginas 2, 28, 35 e 36.
102-11 Princípio ou abordagem da precaução	O inpEV não adota diretamente o princípio da precaução, mas aplica a gestão de riscos ao planejamento e execução das atividades, visando à segurança e a minimização dos impactos.
102-12 Iniciativas externas	48
102-13 Participação em associações	O inpEV é membro da CropLife Latin America, organização internacional que defende a produtividade e a sustentabilidade da agricultura, e integra o comitê do Sindiveg (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal).
102-14 Declaração do mais alto executivo	2
102-16 Valores, princípios, normas e códigos de comportamento	18, 20
102-18 Estrutura de governança	19

Conteúdo	Página/Resposta
102-40 Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	Colaboradores, empresas associadas, canais de distribuição, agricultores, poder público, comunidades do entorno e sociedade.
102-41 Acordos de negociação coletiva	38
102-42 Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	O inpEV considera sua cadeia de valor, composta pelos diferentes públicos que impactam a operação do Sistema Campo Limpo e que são impactados por ela.
102-43 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	O último processo de materialidade considerou entrevistas externas, internas e consulta on-line com gestores, colaboradores e associados.
102-44 Principais preocupações e tópicos levantados	24, 25
102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Este relatório segue o mesmo escopo das Demonstrações Financeiras que integram a publicação, cobrindo todas as entidades que compõem o inpEV.
102-46 Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos materiais	Páginas 24 e 25. Os indicadores reportados consideram a totalidade da operação do inpEV e as exceções são indicadas claramente.
102-47 Lista de tópicos materiais	24, 25
102-48 Reformulação de informações	Não houve.
102-49 Alterações no relato	Não houve mudanças metodológicas significativas, mas o escopo de cobertura acompanhou a ampliação das operações conforme indicado na página 28.
102-50 Período coberto pelo relatório	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020.
102-51 Data do relatório mais recente	Maior de 2020.
102-52 Ciclo de emissão de relatórios	Anual.
102-53 Contato para perguntas sobre o relatório	Por e-mail: faleconosco@inpev.org.br ou pelo site: http://inpev.org.br/fale-conosco/ .
102-54 Declarações de relato em conformidade com as Normas GRI	1
102-55 Sumário de conteúdo da GRI	53
102-56 Asseguração externa	Limitou-se às Demonstrações Financeiras. O relatório da auditoria independente está na página 59.

Norma GRI	Conteúdo	Página/Resposta
TEMA MATERIAL: EXPANSÃO DAS OPERAÇÕES		
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	24, 25
	103-2 Forma de gestão e seus componentes	24, 25, 28
	103-3 Avaliação da forma de gestão	28

Norma GRI	Conteúdo	Página/Resposta
Não se aplica	Informações relevantes sobre o tema	28
TEMA MATERIAL: ECOEFICIÊNCIA OPERACIONAL		
	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	24, 25
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-2 Forma de gestão e seus componentes	24, 25, 33
	103-3 Avaliação da forma de gestão	33
GRI 301: Materiais 2016	301-3 Produtos e suas embalagens recuperados	9
GRI 302: Energia 2016	302-1 Consumo de energia dentro da organização	34
GRI 303: Água e efluentes 2018	303-3 Captação de água	34
GRI 305: Emissões 2016	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	33
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	9
GRI 306: Resíduos 2020	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	13
	306-3 Resíduos gerados	13, 14
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	13, 14
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	13, 14
GRI 307: Conformidade ambiental 2016	307-1 Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Não houve.
TEMA MATERIAL: INOVAÇÃO E TECNOLOGIA		
	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	24, 25
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-2 Forma de gestão e seus componentes	24, 25, 41
	103-3 Avaliação da forma de gestão	41
Não se aplica	Informações relevantes sobre o tema	41
TEMA MATERIAL: DESENVOLVIMENTO HUMANO		
	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	24, 25
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-2 Forma de gestão e seus componentes	24, 25, 38, 39
	103-3 Avaliação da forma de gestão	38, 39
GRI 403: Saúde e segurança do trabalho 2018	403-9 Acidentes de trabalho	40
	404-1 Média anual de horas de treinamento por empregado	39
GRI 404: Capacitação e educação 2016	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	38

Norma GRI	Conteúdo	Página/Resposta
TEMA MATERIAL: DIÁLOGO E COOPERAÇÃO <i>MULTISTAKEHOLDER</i>		
	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	24, 25
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-2 Forma de gestão e seus componentes	24, 25, 46
	103-3 Avaliação da forma de gestão	46
GRI 205: Combate à corrupção 2016	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	20, 21
GRI 413: Comunidades locais 2016	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	Todas as centrais gerenciadas pelo inpEV realizam o engajamento por meio do DNCL (Dia Nacional do Campo Limpo) e do PEA (Programa de Educação Ambiental), que são abordados em detalhes nas páginas 42 a 45.
TEMA MATERIAL: EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO		
	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	24, 25
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-2 Forma de gestão e seus componentes	24, 25, 42
	103-3 Avaliação da forma de gestão	42
Não se aplica	Informações relevantes sobre o tema	42
TEMA MATERIAL: LOGÍSTICA		
	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	24, 25
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-2 Forma de gestão e seus componentes	9, 24, 25
	103-3 Avaliação da forma de gestão	9, 31
Não se aplica	Informações relevantes sobre o tema	31
TEMA MATERIAL: VIABILIDADE ECONÔMICA		
	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	24, 25
GRI 103: Forma de gestão 2016	103-2 Forma de gestão e seus componentes	24, 25, 49
	103-3 Avaliação da forma de gestão	49
GRI 201: Desempenho econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Página 50. As demonstrações do resultado estão na página 62.
	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	49
GRI 419: Conformidade socioeconômica 2016	419-1 Não conformidade com leis e regulamentos na área socioeconômica	Não houve.



Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores
Instituto Nacional de Processamento de
Embalagens Vazias - inpEV

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) GRI 201-1

Ativo	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	59.238	36.169	Fornecedores	2.629	2.021
Contas a receber (Nota 7)	4.888	17.405	Contas a pagar às centrais e postos (Nota 12)	1.174	4.231
Adiantamentos concedidos (Nota 8)	4.379	8.709	Excedente de centrais (Nota 13)	3.884	2.474
Despesas do exercício seguinte	117	129	Salários e encargos sociais	4.492	3.373
	<u>68.622</u>	<u>62.412</u>	Tributos a pagar	423	326
			Provisão para contingências (Nota 14)	44	46
			Passivo de arrendamento (Nota 10.1)	425	342
			Adiantamentos de associadas (Nota 15)	11.537	6.493
			Diferimento de receitas (Nota 16)	1.983	-
				<u>26.591</u>	<u>19.306</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Passivo de arrendamento (Nota 10.1)	6.042	3.923
Caução aluguel (Nota 9)	129	125	Provisão para contingências (Nota 14)	-	216
Imobilizado (Nota 10)	89.156	69.282	Diferimento de receitas (Nota 16)	20.306	-
Direito de uso do ativo (Nota 10.1)	6.218	4.163			
Intangível (Nota 11)	1.172	700			
	<u>96.675</u>	<u>74.270</u>			
			Total do passivo	<u>52.939</u>	<u>23.445</u>
			Patrimônio líquido (Nota 17)		
			Patrimônio social	<u>112.358</u>	<u>113.237</u>
Total do ativo	<u><u>165.297</u></u>	<u><u>136.682</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>165.297</u></u>	<u><u>136.682</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Receita líquida das atividades (Nota 18)	147.924	139.222
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 23)	(146.156)	(131.319)
Outros ganhos, líquidos (Nota 24)	(5.015)	735
Provisão (reversão) para créditos de realização duvidosa líquido das reversões (Nota 7)	63	(75)
	(151.108)	(130.659)
(Déficit)/superávit operacional	(3.184)	8.563
Despesas financeiras (Nota 25)	(872)	(851)
Receitas financeiras (Nota 25)	1.290	2.142
Receitas financeiras líquidas	418	1.291
(Déficit)/superávit do exercício	(2.766)	9.854

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2020	2019
(Déficit)/superávit do exercício	(2.766)	9.854
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(2.766)	9.854

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Reserva de novos associados	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2019	91.650	6.547	-	98.197
Superávit do exercício			9.854	9.854
Afiliações de novos associados (Nota 17)		5.186		5.186
Destinação do superávit do exercício	9.854		(9.854)	-
Em 31 de dezembro de 2019	101.504	11.733	-	113.237
Déficit do exercício			(2.766)	(2.766)
Afiliações de novos associados (Nota 17)		1.887		1.887
Absorção do déficit do exercício	(2.766)		2.766	-
Em 31 de dezembro de 2020	98.738	13.619	-	112.358

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais

(Déficit) /superávit do exercício

Ajustes

Depreciação e amortização (Notas 10 e 11)	14.100	8.390
Resultado do diferimento de receitas (Nota 16)	(1.880)	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado (Notas 10 e 11)	14.002	915
Ajuste ao valor recuperável de ativo imobilizado (Nota 24)	3.541	-
Provisão para contingências (Nota 14)	1.479	2.129
Reversão da provisão para créditos de realização duvidosa (Nota 7)	(63)	75
Despesas de juros arrendamento mercantil (Nota 10.1)	457	274
	<u>28.870</u>	<u>21.637</u>

Variações nos ativos e passivos

Contas a receber	12.580	(5.807)
Adiantamentos concedidos	4.330	(2.774)
Despesas do exercício seguinte	12	(28)
Depósitos judiciais	(1.697)	(1.939)
Caução aluguel	(4)	(6)
Fornecedores	608	(379)
Contas a pagar às centrais e postos	(3.057)	1.922
Excedente de centrais	1.411	(9)
Salários e encargos sociais	1.119	385
Tributos a pagar	96	(14)
Adiantamento de associadas	5.044	6.491
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>49.312</u>	<u>19.481</u>

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível (Notas 10 e 11)	(27.579)	(29.046)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	267	1.502
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(27.312)</u>	<u>(27.544)</u>

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Arrendamento pago (Nota 10.1)	(818)	(506)
Contribuições de novas afilições (Nota 17)	1.887	5.186
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>1.069</u>	<u>4.680</u>

Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>36.169</u>	<u>39.554</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>59.238</u>	<u>36.169</u>

Itens que não afetam o caixa

Reconhecimento inicial do direito de uso do ativo e remensurações	2.562	4.343
Reconhecimento inicial do passivo de arrendamento (Curto e longo prazos) e remensurações	(2.562)	(4.343)
Reconhecimento inicial de edificações mensurado ao valor justo	24.170	-
Reconhecimento inicial de diferimento de receitas (Curto e longo prazos)	(24.170)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (“inpEV” ou “Instituto”), com sede em São Paulo, foi fundado em 14 de dezembro de 2001, com prazo indeterminado de duração. É uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo gerir o processo de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de agrotóxicos e afins.

Para atingir seus objetivos, o Instituto depende fundamentalmente das contribuições feitas por suas associadas.

De acordo com a legislação em vigor, o Instituto goza de isenção de determinados tributos federais por se tratar de uma sociedade de caráter associativo.

A Lei no 9.718, de dezembro de 1998, estabelece normas para as entidades isentas do pagamento de imposto de renda e da contribuição social (como é o caso do Instituto). Por essa Lei, o Instituto, para manter a isenção, não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, deve destinar esse resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Em 31 de dezembro 2020, o Instituto apresentava 131 empresas associadas, todas fabricantes de agroquímicos (2019 - 112 empresas associadas).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Conselho Diretor em 22 de fevereiro de 2021.

1.1 DESCRIÇÃO DO MODELO DE OPERAÇÃO

O Instituto, representante da indústria fabricante de produtos agroquímicos, possui a responsabilidade legal em dar a correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos.

Para viabilizar essa operação, foram criadas as unidades de recebimento de embalagens vazias, que tem por objetivo otimizar o recebimento das mencionadas embalagens do meio rural, para que o Instituto lhes dê a destinação final ambientalmente adequada.

Uma vez recebidas nas unidades de recebimento de embalagens vazias - UREs (postos ou centrais gerenciados por associação de revendas), o Instituto é responsável por sua destinação final que pode ser efetuada através de um processo de reciclagem ou incineração, dependendo das características técnicas das embalagens.

Concomitantemente, o Instituto celebra convênios com empresas recicladoras, tendo como objetivo, a cooperação técnica e operacional na área de reciclagem dos materiais provenientes das embalagens vazias de produtos fitossanitários, recebidos nas UREs, passíveis de serem recicladas.

O envio das embalagens para o processo de reciclagem é efetuado pelas Centrais sob a responsabilidade do Instituto através de uma operação de simples remessa realizada pela central de recebimento para a empresa recicladora.

(a) Taxa de credenciamento de recicladores

O Instituto recebe das empresas recicladoras, uma taxa denominada taxa de credenciamento, correspondente a (i) transferência de conhecimento, às recicladoras, relativamente ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica na elaboração de novos artefatos, bem como, (ii) treinamentos dados aos funcionários das recicladoras quanto a gestão adequada das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

(b) Ingressos para custeio de UREs

Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuam, adicionalmente, um pagamento ao Instituto, a título de ingressos para custeio de UREs. Os ingressos para custeio de UREs são utilizados como forma de ressarcir os custos incorridos pelas centrais e postos com o processo de recebimento de embalagens vazias e preparação para envio ao seu destino final.

Este recurso, recebido das recicladoras pelo Instituto, é transferido às associações de revendas, responsáveis pela gestão das UREs, a título de reembolso pelas despesas e custos incorridos no processo de preparação das embalagens vazias para serem enviadas ao destino final, mediante um processo criterioso de prestação periódica de contas.

A administração do Instituto, em conjunto com seus advogados, efetuou uma análise profunda do seu modelo de negócio e, a partir de dezembro de 2009, estabeleceu alterações nos seus processos cujo novo modelo considera a entrega de embalagens vazias pelas associações de revenda às recicladoras por valor simbólico e mediante emissão de nota fiscal de simples remessa.

As taxas de credenciamento e de ingresso para custeio das UREs são apuradas com base no quilo do produto entregue às recicladoras e representam, respectivamente, de 30% a 40% e de 60% a 70% do volume de produtos processados.

(c) Destinação dos recursos

Enquanto que os ingressos para custeio das UREs são periodicamente transferidos para as associações de vendas para a manutenção das operações das UREs, os recursos obtidos na forma de taxa de credenciamento dos recicladores foram utilizados para a expansão do conjunto de ativos de propriedade do Instituto e arrendada para a companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limp0 S.A") e cujos acionistas são os associados do inpEV (Nota 1.4), na cidade de Taubaté - estado de São Paulo.

(d) Excedente de centrais

O resultado financeiro decorrente da operação de remessa de embalagens vazias realizada pelas centrais de recebimento, para os recicladores, excluído os custos compartilhados entre o Instituto e as associações de vendas são, em geral, deficitários. Entretanto, devido à otimização dos processos operacionais e maior movimentação de embalagens vazias, pode resultar em um resultado financeiro superavitário em um determinado mês ou, após compensação dos déficits, resultar em um saldo final superavitário, o qual é tratado contabilmente pelo Instituto como "excedente de centrais". Como os recursos financeiros estão sob a gestão do Instituto, os saldos de excedente de centrais são controlados em conta corrente específica e discriminados individualmente por central.

Conforme preveem os convênios com as associações de vendas e o Instituto, a central que possuir saldo excedente terá, mediante comum acordo com o Instituto, direito a utilização do mesmo desde que respeitada a seguinte ordem:

1º. Melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) na própria Unidade de Recebimento;

2º. Construção de postos e melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) nos postos gerenciados pela associação de revendedores;

3º. Melhorias nas Unidades de Recebimento (Centrais) que fazem parte do sistema de destinação de embalagens na mesma unidade da federação;

4º. Melhorias nos Postos de Recebimento de Embalagens Vazias da mesma Unidade da Federação;

5º. Melhorias nas Unidades de Recebimento e Postos da Federação respeitando a sequência anterior.

(e) Projeto URE

A gestão integrada das Centrais de Recebimento ("Projeto URE"), tem por objetivo promover melhoria e benefícios para todos os elos da cadeia por meio da transformação das centrais de recebimentos em filiais do inpEV. Desde 2014 o Projeto URE vem sendo discutido pela administração do Instituto com seus órgãos representativos, Assembleia e Conselho Diretor, obteve aprovação para sua implantação em todos os níveis. Atualmente, o inpEV já arca com os custos incorridos pelas centrais de recebimento que correspondem a aproximadamente 90% da operação dessas centrais.

Com a assunção das centrais de recebimento pelo Instituto, a administração vislumbra os seguintes principais benefícios:

- . redução de custos para os distribuidores;
- . implementação de boas práticas operacionais;
- . padronização de procedimentos;
- . cumprimento de normas de segurança e, assim, mitigar riscos para os elos responsáveis.

Adicionalmente, a operacionalização do Projeto URE proporcionará mais facilidades de devolução de embalagens pelos agricultores e, aos distribuidores, menos disrupção e mais foco em seus negócios.

Até 31 de dezembro de 2020, as ações para incorporação das centrais conveniadas em filiais inpEV totalizam 45 centrais de recebimento (até 31 de dezembro de 2019 - 29 centrais). Informações adicionais estão contempladas na Nota 16.

(f) Avaliação das incidências tributárias nas operações do Instituto

Concomitante com a análise do modelo de negócios revisado e, com o objetivo de afastar, ou minimizar, os riscos decorrentes de eventual interpretação sobre a incidência de tributos sobre as operações realizadas, a administração do Instituto obteve dos seus advogados uma avaliação detalhada da tributação das suas operações o qual conclui que as receitas auferidas com a operação do modelo de remessa não estão sujeitas a incidência de quaisquer impostos ou contribuições.

Durante os últimos 2 anos, o modelo de remessa passou por uma avaliação interna por um grupo qualificado de profissionais que resultou em um novo modelo operacional denominado “modelo aprimorado”. Informações adicionais estão contempladas na Nota 29.

1.2 UNIDADE DE OPERAÇÃO

A administração das atividades do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

- (a) Processo básico - destina-se à construção, à manutenção e à concessão de subsídios às unidades de recebimento; ao transporte das embalagens vazias dos postos para as centrais e destas para o destino final (recicladora ou incineradora); e pelos custos de destinação final das embalagens para incineração (Nota 23).
- (b) Processo de suporte - destina-se a comunicação e divulgação das operações do Instituto, para educação, treinamento e conscientização das partes envolvidas e interessadas, ao apoio jurídico e projetos que visem a auto sustentabilidade do sistema (Nota 23).
- (c) Processo administrativo - destina-se à manutenção da área Administrativa do Instituto, incluindo toda parte de pessoal (Nota 23).

1.3 UNIDADE DE OPERAÇÃO RECICLADORA

Com o objetivo de atingir a auto sustentabilidade do modelo de negócios do Instituto, foi construída uma unidade recicladora para absorver parte das embalagens recebidas nas centrais de recebimento de embalagens e destinadas à fabricação de novas embalagens plásticas e em 2008 o conjunto de ativos foi arrendado a Campo Limpo Reciclagem

e Transformação de Plásticos S.A. (“Campo Limpo S.A.”). O investimento do Instituto na construção e montagem e expansão da unidade fabril, atualmente, é de R\$ 83.646 (2019 - R\$ 91.930) (Nota 10).

1.4 CAMPO LIMPO - RECICLAGEM E TRANSFORMAÇÃO DE PLÁSTICOS S.A.

O Instituto tem como um dos seus objetivos a auto sustentabilidade econômica do programa de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos por meio de verticalização do processo de recebimento e destinação dessas embalagens. Para atingir este objetivo, foi estabelecido um plano de investimento estruturado inicialmente em 4 fases: 1a fase - reciclagem de plásticos rígidos; 2a fase - transformação de plásticos rígidos em embalagens, 3a fase - reciclagem de plásticos flexíveis; e 4a fase - transformação de plásticos flexíveis.

Em 2006, os associados do Instituto aprovaram a implantação das fases 1 e 2, que resultou na construção e estruturação da companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. (“Campo Limpo S.A.”), cujo objetivo é a reciclagem de embalagens vazias e fabricação de embalagens nos padrões exigidos pelos seus associados, os quais são fabricantes de produtos fitossanitários.

Em 18 de abril de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, a decisão de abandonar as fases 3 e 4, e ampliar as fases 1 e 2 direcionando investimentos para a compra de equipamentos de sopro (fabricação de embalagens).

A ampliação das fases 1 e 2 implicou na aquisição de 4 equipamentos de sopro representando investimentos na ordem de R\$ 20.000 (não auditado), todos estes instalados até dezembro de 2013 encerrando, portanto, os investimentos do projeto.

De forma a viabilizar a operação da Campo Limpo S.A. foi firmado, com o inpEV, um contrato de arrendamento mercantil dos ativos descritos na Nota 10, com remuneração ao Instituto na ordem de 10% do faturamento líquido da Campo Limpo S.A. (Nota 22).

Em 8 de dezembro de 2015, foi assinado um termo aditivo para estabelecer que, havendo interesse e comum acordo entre as Partes, a Campo Limpo S.A. poderá instalar novos equipamentos ou substituí-los buscando a ampliação do seu faturamento e a melhoria de qualidade dos produtos, fato que impacta diretamente no valor do arrendamento pago ao inpEV.

Neste mesmo aditivo, na cláusula 1.3.2.1 ficou estabelecido que Campo Limpo arcará com a manutenção dos equipamentos e deverá descontar os valores desembolsados nos aluguéis subsequentes a realização das despesas, comprovando documentalmente, o pagamento das mesmas.

A partir de então, passou a fazer parte do arrendamento, como dedução, os desembolsos efetuados pela Campo Limpo com despesa de manutenção de ativos.

Com o objetivo de reduzir o custo total do sistema, em assembleia geral dos associados do inPEV ocorrida em 19 de setembro de 2016, foi aprovada a realização de investimentos para a extensão das atividades da companhia da ordem de R\$ 41.200 para o período de 2017 a 2020 (2017 R\$ 2.727, 2018 R\$ 7.455, 2019 R\$ 21.925 e 2020 R\$ 2.758), através da geração de receitas pelo arrendamento do imobilizado e ampliação dos resultados da Campo Limpo S.A.

Do investimento aprovado em 2016 para o período de 2017 a 2020, devido a postergação de prazos do projeto, em 31 de dezembro de 2020 permanece um saldo de R\$ 6.278, com prazos de realização para o ano de 2021.

Em complemento aos investimentos que já vem sendo realizados pelo inPEV na Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., em 17 de junho de 2019 na 28ª AGE do inPEV, foi aprovado valor de R\$ 5.600 para implementação da tecnologia de fluoretação no parque fabril da Companhia. Parte desse valor, R\$ 1.300, foi realizado em 2020 e o restante possui previsão de utilização até junho de 2021.

1.4.1 Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A - Filial Ribeirão Preto

Visando ampliar sua participação no mercado de embalagens de agroquímicos e consequentemente um melhor resultado aos seus acionistas e redução dos custos do Sistema Campo Limpo, a recicladora Campo Limpo S.A. montou uma filial na cidade de Ribeirão Preto e assim como já acontece com a matriz em Taubaté, a filial também repassará ao inPEV 10% de seu faturamento líquido, a operação teve início em 27 de junho de 2019.

1.5 Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda.

Com o propósito de fechar o ciclo de vida da embalagem dentro da própria cadeia, em 24 de janeiro de 2014 foi

constituída a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. ("Campo Limpo Tampas"), com 99,99% de quotas detidas pela Campo Limpo S.A., que tem por objetivo produzir um sistema de vedação de alta performance, as chamadas Ecocaps. Desta forma, será fornecido ao cliente uma solução completa contemplando embalagens (produzidas pela Campo Limpo S.A.) e tampas (produzidas pela Campo Limpo Tampas).

Para a consecução das operações da Campo Limpo Tampas, o Instituto firmou contrato de arrendamento de um espaço existente na Campo Limpo S.A. cuja remuneração equivale a 0,5% do faturamento mensal.

Em 2020, o Instituto obteve receita de arrendamento decorrente das operações da Campo Limpo Tampas no valor de R\$ 268 (2019 - R\$ 232) o qual está detalhado na rubrica de "Arrendamento mercantil operacional" (Nota 22).

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - «Entidades sem Finalidade de Lucros» e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 ATIVOS FINANCEIROS

2.3.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

2.3.2 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Instituto mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.3.3 Impairment de ativos financeiros

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Instituto estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- contas a receber de clientes
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos.

2.4 CONTAS A RECEBER

As contas a receber, representadas pelos valores devidos por associadas e decorrentes da contraprestação dos serviços prestados pelo Instituto na consecução de suas atividades,

são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, menos as perdas esperadas. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que o Instituto não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é de 30 dias.

O modelo de perdas esperadas, previsto no IFRS 9/CPC 48, não gerou impacto nas demonstrações financeiras do inpev, uma vez que o contas a receber do Instituto é representado substancialmente pelas contribuições das empresas associadas, atreladas ao reconhecimento das despesas incorridas, e valores a receber dos recicladores referentes ao fornecimento de embalagens.

No caso do contas a receber das contribuições não há histórico de inadimplência uma vez que a indústria é obrigada, pela Lei 7.802, a implementar um programa de logística reversa das embalagens vazias de agroquímicos para realizar suas atividades no Brasil e caso venha a deixar de pagar o inpev, que é o representante da indústria no País, a mesma não poderá dar continuidade ao seu negócio.

2.5 ADIANTAMENTO CONCEDIDOS

Os adiantamentos concedidos, representados por recursos antecipados às centrais e postos para suportar as necessidades de caixa de curto prazo, são avaliados pelo custo.

2.6 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura e só podem ser movimentados mediante ordem judicial. Estes depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as normas legais, e estão apresentados no balanço patrimonial líquido da provisão para contingências (Nota 14).

2.7 IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme

apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	Anos
Edificações	35 - 60
Equipamentos e instalações	10 - 15
Veículos	5
Móveis e utensílios	12 - 16
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos", na demonstração do resultado.

2.8 ARRENDAMENTO - DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Em 1º de janeiro de 2019, o Instituto mudou a política contábil dos arrendamentos nos quais o Instituto é o arrendatário.

O Instituto é arrendatário de 5 imóveis, detalhados na Nota 10.1, abaixo. O arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que o Instituto possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado.

Na data de início do contrato, o Instituto avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Instituto reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes, na data de início do arrendamento, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos e ainda uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

Na data de início do arrendamento, o Instituto reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Instituto utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Para os contratos de arrendamento reconhecidos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, o Instituto utilizou a taxa de 4,2% ao ano.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Esses valores foram contabilizados no ativo não circulante, na conta de ativos de direitos de uso e de passivos de arrendamento.

2.9 INTANGÍVEL

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.10 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

São obrigações a pagar substancialmente representadas por despesas incorridas pelas associações de revendas no processo de manutenção das unidades de recebimento das embalagens.

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 PROVISÕES

O Instituto reconhece um gasto como provisão quando:

(a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações

atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

O Instituto reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de remuneração variável com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento da remuneração variável é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Instituto.

2.14 DIFERIMENTO DE RECEITAS

São registrados como diferimento de receitas os ativos pertencentes às centrais que foram assumidas pelo inpEV em decorrência do Projeto URE (Nota 1.1 (e)). A prática contábil adotada pelo Instituto para reconhecimento desses ativos está em conformidade com o CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais que prevê duas opções de contabilização, sendo:

- (i) Reconhecimento do valor justo do bem no ativo e diferimento de receita no passivo;
- (ii) Reconhecimento do valor justo do bem no ativo e diferimento da receita reduzindo o ativo.

O Instituto optou pela primeira opção considerando o reconhecimento a valor justo dos bens no ativo imobilizado em contrapartida do diferimento de receitas no passivo.

O reconhecimento da receita diferida no resultado ocorre na mesma proporção do reconhecimento da despesa de depreciação dos ativos, considerando o prazo dos contratos para os ativos assumidos nas modalidades de concessão de uso e comodato e vida útil no caso das centrais que foram efetivamente transferidas para o inpEV, conforme descrito na Nota 16.

2.15 RECONHECIMENTO DE RECEITA E CORRESPONDENTES DESPESAS

A receita compreende o valor presente das contribuições das associadas, receitas dos recicladores (taxa de credenciamento e ingresso para custeio de UREs), receita

de arrendamento mercantil operacional e recursos repassados pela Campo Limpo S.A. por conta e ordem de seus acionistas, também a associados do inpEV a título de contribuições extraordinárias.

Os valores relacionados com a unidade de negócio de gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos são reconhecidos como receita do exercício na medida em que são incorridos os custos e despesas para administrar o sistema.

(a) Contribuições das associadas

Considerando que as contribuições das associadas são efetuadas para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e incineração de embalagens vazias, entre outros, é considerado contribuições de associados o montante correspondente aos custos e despesas incorridos. As contribuições são aprovadas pelos associados na elaboração do orçamento anual e sua realização é apresentada e aprovada mensalmente nas reuniões entre o Conselho Diretor e o Instituto.

As Contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos são contabilizadas na rubrica "Adiantamento de associadas", no passivo circulante.

(b) Taxa de credenciamento de reciclador

O montante da taxa de credenciamento do reciclador é calculado com base no volume de embalagens recebidas e destinadas para a reciclagem e reconhecida por ocasião da efetiva entrega das embalagens vazias às recicladoras. Equivale a aproximadamente 30% a 40% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e é utilizada na composição da redução da contribuição anual dos associados do inpEV.

(c) Ingressos para custeio de UREs

Os ingressos para custeio de UREs, correspondentes a 60% a 70% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e aplicados na unidade de negócio gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias, são reconhecidos no momento da entrega efetiva aos recicladores e aplicados no momento que as UREs (centrais e postos) apresentam os gastos ocorridos com a operação de preparação das embalagens para envio ao destino final.

(d) Arrendamento mercantil operacional

As receitas com arrendamento mercantil operacional são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios com base em 10% da receita líquida mensal das vendas de produtos da Campo Limpo S.A. e Campo Limpo Tampas, conforme previsto no Contrato de Locação de Imóvel e Outras Avenças assinado pelas partes.

(e) Contribuições extraordinárias

São recursos repassados pela Campo Limpo S.A., por conta e ordem de seus acionistas também associados do Instituto, aprovados em Assembleia Geral Ordinária, para abatimento dos valores das contribuições ordinárias devidas ao inpEV.

A receita referente às contribuições extraordinárias é reconhecida após aprovação dos recursos na Assembleia da Campo Limpo S.A.

As contribuições extraordinárias são utilizadas para a redução do valor da contribuição ordinária das associadas do inpEV.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O Instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes ficam próximas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir:

(a) Processo de gestão da destinação final das embalagens vazias dos produtos fitossanitários e tributação da taxa de credenciamento de reciclador

Até novembro de 2009, as associações de revendas vinham efetuando a venda das embalagens vazias às recicladoras. O Instituto, por sua vez, recebia valores das recicladoras a título de taxa de credenciamento de reciclador, que seria devida em função do credenciamento das recicladoras, pela transferência de conhecimento relativamente ao

processo de reciclagem de resíduos plásticos, da confecção de novos artefatos a partir deste material, bem como em função do treinamento dos profissionais das recicladoras para a adequada gestão das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Com o propósito de afastar quaisquer questionamentos fiscais que porventura pudessem existir sobre a operação de venda de embalagens pelos participantes do sistema, e tendo em vista que a propriedade das embalagens é detida pelos fabricantes de produtos fitossanitários, a administração do Instituto, apoiada por estudos realizados por advogados externos, procedeu a alterações em seu modelo de negócio (Nota 1.1).

Com a implementação do novo modelo de negócio a partir de 1º de dezembro de 2009, o procedimento de venda das embalagens vazias às recicladoras foi descontinuado, sendo que o montante que anteriormente correspondeu ao pagamento das recicladoras às associações de revendedores pelo recebimento das embalagens vazias, foi incorporado ao valor dos ingressos para custeio das UREs e passou a ser cobrado diretamente pelo Instituto. Em contrapartida, parcela dos ingressos para custeio das UREs recebidos pelo Instituto passou a ser utilizado para subsidiar parte dos custos incorridos pelas unidades de recebimento das embalagens vazias, as quais incluem as associações de revendedores.

O Instituto, baseado em estudo elaborado por seus advogados externos, entende não ser necessário o recolhimento de qualquer tributo sobre as operações de remessa de embalagens.

(b) Provisão para contingências tributárias e trabalhistas

Como descrito na Nota 14 às demonstrações financeiras, o Instituto discute nos tribunais a tributação da COFINS sobre taxa de credenciamento e discute verbas rescisórias com ex-funcionários (próprios e das URE's). Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no

ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

O Instituto está exposto aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

(a) Risco de crédito

O Instituto realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de liquidez.

As contas a receber é representado pelos valores não recebidos de associados e recicladores. Para os casos em que alguma associada ou reciclador encontrar-se inadimplente (Nota 7), a administração do Instituto inicia um processo de cobrança amigável de forma a equacionar o recebimento do saldo devedor e, na eventualidade de se configurar em um problema, a administração do Instituto pode instaurar um processo de cobrança judicial.

(b) Risco de liquidez

É um risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

4.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os ativos financeiros do Instituto representados por “caixa e equivalentes de caixa” (substancialmente aplicações financeiras em fundos de investimento), “contas a receber” de associadas, “caução aluguel” e “depósitos judiciais”, são todos classificados na categoria de custo amortizado.

Os passivos financeiros como “fornecedores”, “adiantamento de associadas e recicladores” e “provisão para contingências”, são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

5.1 QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

As disponibilidades e aplicações financeiras da Entidade são transacionados com instituições financeiras com os seguintes ratings (FICTH):

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa e títulos		
Banco Itaú S.A. – AAA	59.018	35.376
	59.018	35.376

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de contas a receber de clientes é calculada com base em uma avaliação de risco de um cliente vir a não honrar com o pagamento nas datas de vencimento e na dificuldade de recuperação destes créditos mediante cobrança amigável.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa	-	8
Bancos conta-movimento	220	785
Fundos de investimento (*)	59.018	35.376
	59.238	36.169

(*) O montante representa o numerário aplicado em fundos de investimentos financeiros, depositados no Banco Itaú S.A., são remunerados com base na variação de 97,89% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (2019 -Banco Itaú S.A - 103,00%), de liquidez imediata, sem desconto significativo no resgate.

7 CONTAS A RECEBER

	2020	2019
Contribuições de associadas - Agroquímicos	4.313	5.856
Recicladores		
Credenciamento de recicladores	769	1.653
Ingresso para custeio de UREs	2.321	12.070
Arrendamento operacional - Campo Limpo S.A.	861	1.719
Outras contas a receber	473	19
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.849)	(3.912)
	4.888	17.405

As movimentações na provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes do Instituto são as seguintes:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	(3.912)	(3.837)
Adições	(2)	(87)
Baixas por recebimento	65	12
Em 31 de dezembro	(3.849)	(3.912)

O Instituto, após cobranças amigáveis e, por meio de seus advogados, decidiu impetrar processo judicial contra a associada inadimplente Fersol Indústria e Comércio Ltda. cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2020 correspondia ao valor de R\$ 3.667 (2019 - R\$ 3.667).

Em 2020, o Instituto obteve decisão favorável no processo civil contra a associada Fersol, porém, devido à baixa chance de recebimento visto que a empresa já encerrou suas operações, o Instituto tomou a decisão de vender os créditos a que tem direito. A operação de venda está sendo conduzida por empresa especializada e até o encerramento do exercício de 2020 ainda não houve interessados pela aquisição.

Parte do restante do saldo, (representado por 5 ex-associadas) no valor de R\$ 182, refere-se a cobrança de pagamentos em atraso e o Instituto decidiu provisionar este montante.

Os valores a receber apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	2020	2019
A vencer	4.366	16.324
Vencidos		
Até 60 dias	512	1.079
De 61 a 90 dias	10	2
De 91 a 180 dias	1	39
De 180 a 360 dias	11	9
Superiores a 360 dias	3.836	3.864
	8.737	21.317

8 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	2020	2019
Adiantamentos para centrais (i)	2.620	6.149
Adiantamentos para postos (i)	780	1.450
Adiantamentos a funcionários	121	80
Adiantamentos de folha de pagamento	163	131
Outros adiantamentos	696	899
	4.379	8.709

- (i) Conforme acordo firmado com as associações de vendas responsáveis pela administração das centrais e dos postos de recebimento de embalagens vazias, vigente até novembro de 2009, o Instituto foi responsável por parte dos custos incorridos e respectivos déficits apurados. Com a vigência do novo modelo de negócios (Nota 1.1). A partir de dezembro de 2009, o Instituto passou a ser responsável pela gestão dos recursos gerados pela remessa das embalagens aos recicladores e ressarcimento da totalidade dos custos incorridos pelas associações de vendas.

Em certas circunstâncias, o Instituto concede adiantamentos às centrais e postos, com base na média dos últimos três meses do total das despesas apresentadas pela central. Tais adiantamentos são reconhecidos no resultado do exercício por meio de apresentação da documentação-suporte dos gastos incorridos.

Do saldo de R\$ 2.620 (2019 - R\$ 6.149) em 31 de dezembro de 2020, R\$ 1.823 corresponde a valores antecipados a determinadas centrais, superavitárias, em conformidade com a prestação de contas mensal e o restante do saldo refere-se ao adiantamento concedido que ainda estão dentro do prazo estabelecido pelo Instituto para prestação de contas. Porém, por serem centrais superavitárias, não utilizaram os recursos antecipados na execução de suas atividades e conforme mencionado na Nota 1.1(d), o Instituto apresenta no passivo, sob a rubrica de Excedente de centrais, saldos a pagar para centrais superavitárias e que são utilizados segundo hierarquia de utilização previamente estabelecida.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras houve prestação de contas subsequentes no valor de R\$ 727 (2019 - R\$ 3.013).

9 CAUÇÃO ALUGUEL

O saldo de R\$ 129 (2019 - R\$ 125), é referente ao depósito caução, definido no contrato de locação dos imóveis situado à Avenida Roque Petroni Junior, 850, local da sede do Instituto. Ao final do contrato, o valor será resgatado.

10 IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento/adiantamentos	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	431	11.307	27.584	1.172	443	14	40.951	10.120	51.071
Aquisição	162	477	5.294	540	230	25	6.728	21.781	28.509
Transferências	-	3.380	15.321	-	110	2	18.813	(18.813)	-
Baixa	-	-	(2.290)	(119)	(11)	-	(2.420)	-	(2.420)
Depreciação	-	(1.144)	(6.190)	(438)	(96)	(10)	(7.878)	-	(7.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	593	14.020	39.719	1.155	676	31	56.194	13.088	69.282
Custo total	593	22.313	80.387	2.354	1.405	153	107.205	13.088	120.293
Depreciação acumulada	-	(8.293)	(40.668)	(1.199)	(730)	(122)	(51.011)	-	(51.011)
Valor residual	593	14.020	39.719	1.155	676	31	56.194	13.088	69.282
Saldos em 31 de dezembro de 2019	593	14.020	39.719	1.155	676	31	56.194	13.088	69.282
Aquisição	-	684	15.889	372	2.695	6	19.646	7.089	26.736
Adições centrais inpEV (Nota 16)	-	24.170	-	-	-	-	24.170	-	24.170
Transferências	-	395	12.454	-	13	-	12.862	(12.862)	0
Baixa (i)	-	(246)	(13.357)	(439)	(76)	(1)	(14.119)	(3.640)	(17.759)
Depreciação	-	(4.163)	(8.587)	(399)	(114)	(9)	(13.272)	0	(13.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	593	34.860	46.118	689	3.194	27	85.481	3.675	89.156
Custo total	593	45.391	84.194	1.236	3.908	156	135.478	3.675	139.153
Depreciação acumulada	-	(10.531)	(38.076)	(547)	(714)	(129)	(49.997)	-	(49.997)
Valor residual	593	34.860	46.118	689	3.194	27	85.481	3.675	89.156

Conforme nota 1.3, os associados constituíram uma entidade em separado, denominada Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."). Os ativos da Campo Limpo S.A. foram adquiridos pelo InpEV e estão registrados como imobilizado do Instituto. O custo desses ativos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 83.646 (2019 - R\$ 91.930).

Em 1º de maio de 2008, o Instituto firmou contrato de locação do imóvel, equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento, bem como equipamentos sobressalentes pertencentes ao imóvel com a companhia Campo Limpo S.A. Tal contrato possui prazo de dez anos com renovação automática por igual período.

(i) Em 2020, com o objetivo de avaliar e mensurar os equipamentos arrendados, para a Campo Limpo S.A, de acordo com as normas de contabilidade, o InpEV contratou empresa especializada e independente para realizar avaliações conforme descrito pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. O resultado obtido da avaliação gerou um ajuste de ativos no valor de R\$ 3.541.

Os ativos arrendados à Campo Limpo S.A., incluídos no quadro acima, estão demonstrados como segue:

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	2020
			Valor residual
Edificações e benfeitorias	20.316	(8.851)	11.465
Equipamentos e instalações	59.916	(25.619)	34.297
Veículos	331	0	331
Móveis e utensílios	3.050	(376)	2.674
Imobilizado em andamento	2	-	2
Outros	31	(27)	4
	<u>83.646</u>	<u>(34.873)</u>	<u>48.773</u>

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	2019
			Valor residual
Edificações e benfeitorias	20.571	(6.810)	13.761
Equipamentos e instalações	59.093	(29.962)	29.131
Veículos	424	(281)	143
Móveis e utensílios	730	(452)	278
Imobilizado em andamento	11.079	-	11.079
Outros	33	(26)	7
	<u>91.930</u>	<u>(37.531)</u>	<u>54.399</u>

10.1 CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

O Instituto efetuou o levantamento dos contratos de aluguéis vigentes e identificou cinco contratos que estão no escopo do IFRS 16 (CPC 06 R2). Estes contratos referem-se à locação de dois andares de um edifício comercial onde está situada a sede administrativa do Instituto e três imóveis para funcionamento de centrais InpEV.

As mensurações associadas ao direito de uso dos ativos foram efetuadas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Início do prazo de arrendamento mercantil: o Instituto definiu o início do prazo de arrendamento mercantil a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, o InpEV determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas, e preparação do ambiente físico;
- Prazo de arrendamento mercantil: período pelo qual o InpEV contratou o arrendamento mercantil. O Instituto adotou o prazo de cada contrato adicionado e premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 ("Lei do Inquilinato") que concede ao arrendatário (Instituto) o direito às renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

i) 18º andar - Conjuntos 181 a 184 (4 conjuntos)

Valor do aluguel: R\$ 25 mil/mês corrigidos anualmente pelo IGPM

Vigência 01/12/2016 a 31/12/2031

ii) 13º andar - Conjuntos 131 e 134 (2 conjuntos)

Valor do aluguel: R\$ 14 mil/mês corrigidos anualmente pelo IGPM

Vigência 01/11/2018 a 31/12/2031

iii) Central Ituverava/SP

Valor do aluguel: R\$ 5 mil/mês corrigidos anualmente pelo IGPM

Vigência 01/09/2019 a 31/12/2031

iv) Central Boa Vista/RR

Valor do aluguel: R\$ 3 mil/mês corrigidos anualmente pelo IGPM

Vigência 01/04/2020 a 31/12/2031

v) Central Uberaba/MG

Valor do aluguel: R\$ 5 mil/mês corrigidos anualmente pelo IGPM

Vigência 01/05/2019 a 31/12/2031

Ao término da vigência dos contratos, o Instituto realizará novas negociações de contratações.

- Pagamentos: conforme estabelecido no contrato, os pagamentos são compostos por parcelas mensais fixas corrigidas pelo IGPM anualmente pela data de aniversário do contrato.
- Taxa de juros incremental do financiamento do arrendatário: o Instituto considerou, para os cinco contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. Após análises, a taxa nominal de desconto ficou em 7% a.a. (i e ii) e 4,2% a.a. (iii, iv e v) correspondem as taxas de captação de financiamento de imóvel junto à Instituições Financeiras.
- Depreciação do ativo de direito de uso: Os contratos de arrendamento do Instituto não possuem cláusulas que permitam o InpEV exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma, a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. O Instituto reconhece a despesa de depreciação

do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear de acordo com a vigência dos contratos. Ressalta-se que o InpEV reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato;

- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento: O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil.

Em 31 de dezembro de 2020, os impactos decorrentes da adoção do IFRS 16 (CPC 06 R2) estão demonstrados a seguir:

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2020	2019
Ativos de direito de uso		
Edificações	6.218	4.163
	6.218	4.163
Passivos de arrendamentos		
Circulante	425	342
Não circulante	6.042	3.923
	6.467	4.265

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo de direito de uso:

	Imóveis comerciais	
	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	4.163	4.343
Novos contratos	1.613	-
Remensurações	949	154
Rescisões contratuais	-	-
Depreciação	(507)	(334)
Saldo em 31 de dezembro	6.218	4.163

A seguir estão apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento:

	Imóveis comerciais	
	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	4.265	4.343
Novos contratos	1.613	-
Remensurações	949	154
Rescisões contratuais	-	-
Pagamentos	(818)	(506)
Remensuração do passivo de arrendamento	457	274
Saldo em 31 de dezembro	6.466	4.265

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2020	2019
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em despesas – encargo total de depreciação - Nota 22)		
Edificações	(507)	(334)
	<u>(507)</u>	<u>(334)</u>
Despesas com remensuração do passivo de arrendamento (incluídas nas despesas financeiras - Nota 23)	(457)	(274)
	<u>(457)</u>	<u>(274)</u>

11 INTANGÍVEL

	Softwares adquiridos	Licença de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	338	-	338
Aquisição	479	60	539
Amortização	(172)	(5)	(177)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>645</u>	<u>55</u>	<u>700</u>
Custo total	2.480	60	2.540
Amortização acumulada	(1.835)	(5)	(1.840)
Valor residual	<u>645</u>	<u>55</u>	<u>700</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	645	55	700
Aquisição	681	163	844
Baixa	(51)	-	(51)
Amortização	(284)	(37)	(321)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>991</u>	<u>181</u>	<u>1.172</u>
Custo total	2.971	222	3.193
Amortização acumulada	(1.980)	(41)	(2.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>991</u>	<u>181</u>	<u>1.172</u>

Os ativos intangíveis relacionados à Campo Limpo S.A. em 31 de dezembro de 2020, incluídos no quadro acima, estão demonstrados como segue:

	2020		
Descrição	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Hardware e software	914	(562)	352
Licença de Uso	97	(17)	80
	<u>1.011</u>	<u>(579)</u>	<u>432</u>

Descrição	2019		
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Hardware e software	907	(564)	343
Licença de Uso	-	-	-
	907	(564)	343

12 CONTAS A PAGAR ÀS CENTRAIS E POSTOS

Referem-se aos valores a pagar para as UREs (centrais e postos) em decorrência do compartilhamento dos custos de manutenção operacional firmado entre o Instituto e os gestores dessas unidades (associação de vendas), e cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 1.174 (2019 - R\$ 4.231).

13 EXCEDENTE DE CENTRAIS

Conforme descrito na Nota 1.1 (d), o saldo de excedentes de determinadas centrais, no valor de R\$ 3.884 (2019 - R\$ 2.474), é segregado em conta de aplicação financeira específica, controlado por central, e somente poderá ser utilizado após aprovação prévia do Instituto e desde que respeitada a hierarquia de prioridades prevista no convênio entre as partes.

14 CONTINGÊNCIAS

As discussões judiciais e seus correspondentes depósitos judiciais estão apresentados conforme seguem:

	Depósitos judiciais		Contingência	
	2020	2019	2020	2019
Tributária - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	20.353	18.656	20.397	18.702
Trabalhistas (ii)			-	216
	20.353	18.656	20.397	18.918
Depósitos judiciais relacionados com discussões judiciais	(20.353)	(18.656)	(20.397)	(18.656)
Valor líquido das discussões judiciais			44	262
Menos passivo circulante			(44)	(46)
No passivo não circulante			-	216

Movimentação das discussões judiciais nos exercícios de 2020 e de 2019 está demonstrada a seguir:

	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	16.767	23	16.790
Complemento/adições (iii)	1.252	216	1.468
Reversão/baixa		(23)	(23)
Atualização monetária	683		683
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.702	216	18.918
Complemento/adições (iii)	1.295	-	1.295
Reversão/baixa		(216)	(216)
Atualização monetária	400		400
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.397	-	20.397

(i) Desde 2004, o Instituto tem gerado receitas de taxa de credenciamento conforme acordos firmados com as recicladoras. O Instituto e seus advogados tributaristas, diferentemente da Receita Federal do Brasil (RFB), entendem que essas receitas não são passíveis de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, em 2 de julho de 2004, o Instituto formulou uma consulta à Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, em São Paulo, a fim de esclarecer a omissão legislativa acerca da tributação do PIS e da COFINS sobre outras receitas (receitas de taxa de credenciamento) nas entidades sem fins lucrativos, isentas do imposto de renda.

Em 9 de junho de 2008, o Instituto obteve resposta positiva com relação à consulta referente ao PIS, sendo confirmado o pagamento apenas sobre os saldos de folha de pagamento, o que, regularmente, tem sido realizado desde o início de suas operações, em março de 2002.

Entretanto, com relação à COFINS, a resposta da Superintendência Regional da Receita Federal foi negativa,

confirmando a tributação sobre tal receita. O Instituto, apoiado por seus advogados tributaristas, manteve o posicionamento contrário a decisão da RFB e, em fevereiro de 2009, impetrou mandado de segurança para assegurar o seu direito de não recolher a COFINS sobre a taxa de credenciamento. Em 13 de maio de 2009, foi indeferido o pedido de liminar solicitado pelo Instituto relativamente ao mandado de segurança.

Em outubro de 2013 foi proferida sentença que não concedeu o pedido do inPEV e determinou o pagamento da COFINS. Em novembro de 2013 o Instituto apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal, para o qual ainda não há previsão de julgamento.

Preventivamente e, com o objetivo de salvaguardar o valor original da obrigação fiscal, o Instituto passou a efetuar o depósito judicial da totalidade do valor provisionado acrescido de multas e juros, referente ao período de 2004 a dezembro de 2020, que totalizou R\$ 20.397 (2019 - R\$ 18.507). O correspondente depósito judicial está sendo apresentado pelo valor líquido no passivo.

Além dos aspectos da COFINS anteriormente referidos, com base na opinião dos advogados externos do Instituto, e por referirem-se à transmissão de informação e conhecimento técnico relativo ao tratamento de embalagens vazias até o seu destino final, as receitas não estão sendo objeto de tributação de qualquer outro tributo.

Em 2014, a Fazenda Nacional apresentou suas Contra-Razões em face do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto e os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Em fevereiro de 2021, o inPEV em conjunto com seus assessores jurídicos recorreram na expectativa de que a decisão que negou Provimento ao Recurso de Apelação interposto pelo inPEV fosse reconsiderado. Foram apresentados os argumentos defendidos pelo Instituto, porém o provimento ao agravo foi negado. Atualmente, o Instituto está aguardando a publicação do acórdão para levar a discussão até o Superior Tribunal de Justiça, onde a jurisprudência é favorável ao pleito do inPEV, conforme opinião dos seus assessores jurídicos.

(ii) Foi constituída a provisão trabalhista referente a processos movidos por ex-funcionários das UREs cuja expectativa de perda atribuída pelos advogados como sendo provável perda, ponderada pela participação do Instituto.

(iii) O valor de R\$ 1.295 (2019 - R\$ 1.252), refere-se ao montante de imposto a ser pago no exercício de 2020 e que está sendo depositado em juízo em decorrência da discussão judicial de tributação da COFINS sobre a taxa de credenciamento.

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Houve a ocorrência de alguns processos trabalhistas movidos por ex-funcionários das UREs e, o Instituto, como corresponsável nesses processos, realiza, rotineiramente um acompanhamento dos mesmos junto a sua área jurídica.

O objetivo deste acompanhamento é orientar as associações de revendas, legítimos empregadores, quanto à melhor condução dos processos cujo valor em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 17 (2019 - R\$ 426).

Na hipótese de desfecho final desfavorável, o Instituto arcará com esses custos.

Corresponsabilidade de cumprimento de obrigações trabalhistas

Em 2015, o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Mato Grosso moveu ação civil pública contra o Instituto, no valor aproximado de R\$ 58.000, questionando a responsabilidade trabalhista na gestão da Unidade de Recebimento de Sapezal, que é administrada exclusivamente pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sapezal (AEASA), tendo sido o Instituto e as demais rés (indústrias) incluídos como corresponsáveis no cumprimento das obrigações trabalhistas.

De acordo com seus consultores jurídicos, a imputação de corresponsabilidade trabalhista ao Instituto não prospera, uma vez que não há qualquer tipo de responsabilidade trabalhista que pudesse ser imputada ao Instituto e demais rés, em função do compartilhamento de obrigações ambientais no fluxo de uma cadeia de logística reversa.

Em maio de 2018, o Juízo da Vara do Trabalho de Sapezal - MT julgou parcialmente procedente a ação civil pública, condenando a AEASA ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), bem como indenização por dano moral individual de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada funcionário laborando da Unidade de Recebimento; tanto o Instituto quanto as indústrias tiveram reconhecida, na sentença, sua total ausência de responsabilidade sobre os fatos discutidos no processo.

O MPT ajuizou recurso ordinário, atualmente aguardando julgamento no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

Em 2019, o recurso impetrado pelo Ministério do Trabalho (MPT) de Mato Grosso foi analisado no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, que considerou parcialmente improcedente a ação civil pública, excluindo o inPEV e os associados (indústria) como corresponsáveis pelo cumprimento das obrigações trabalhistas. A decisão transitou em julgado não cabendo mais nenhum recurso.

15 ADIANTAMENTOS DE ASSOCIADAS

Considerando que as contribuições das empresas associadas são para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e destinação final, dentre outros, das embalagens vazias; as contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos, são contabilizados na rubrica de adiantamento de associadas.

A movimentação dos adiantamentos de associadas é conforme segue:

	1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2020
Contribuições dos associados (i)	6.493	79.097	(74.053)	11.537
	6.493	79.097	(74.053)	11.537

(i) O orçamento do Instituto de cada exercício considera investimentos necessários com expansão, manutenção e melhorias no Programa de Logística Reversa das Embalagens Vazias de Agroquímicos. O saldo remanescente ao final de cada exercício corresponde à parcela de investimentos aprovados em determinado exercício, porém, não incorridas até aquele encerramento.

As adições de contribuição dos associados no montante de R\$ 79.097 correspondem substancialmente às contribuições estimadas dos associados no valor de R\$ 100.156, deduzidos do plano de redução das contribuições no valor de R\$ 25.893 e acrescidos das contribuições extraordinárias dos associados que participam no capital da Campo Limpo S.A., no valor de R\$ 4.834.

As baixas de 2020, representam o reconhecimento de receita líquida das contribuições das associadas no valor de R\$ 74.053, valor resultante das contribuições brutas de

agroquímicos no valor de R\$ 95.112 (Nota 17), deduzidas da redução de aporte no valor de R\$ 25.893, acrescidos do valor repassado pela Campo Limpo S.A. no valor de R\$4.834.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de adiantamentos de associadas no valor de R\$ 11.537 refere-se a gastos previstos no orçamento do exercício de 2020 que serão realizados nos exercícios subsequentes.

16 DIFERIMENTO DE RECEITAS

Em 2020, com a evolução da implantação do Projeto URE e absorção das centrais conveniadas pelo inpEV, foi contratada empresa especializada e independente para a avaliação do valor justo dos ativos assumidos que, segundo o contrato de compra e venda individuais, foram transferidos para o Instituto substancialmente sem contrapartida financeira.

Conforme estabelecido pelo Projeto URE, visando regularizar a situação financeira entre as associações e o inpEV antes da assunção integral das centrais pelo Instituto, ficou decidido que seria efetuado um acerto de contas entre as partes que, após a finalização das discussões e regularização dos saldos, a operação passou a ser de inteira responsabilidade do InpEV.

Em atendimento as normas contábeis o Instituto optou pela prática contábil de reconhecer o ativo ao valor justo e a correspondente contrapartida como diferimento de receita, em linhas destacadas no passivo circulante e não circulante.

A seguir demonstramos a natureza dos grupos de centrais assumidas pelo inpEV:

Centrais assumidas	31 de dezembro de 2019	Adições	Receita reconhecida	31 de dezembro de 2020
Contrato de compra e venda (i)	-	9.793	(259)	9.533
Contratos de comodato com responsabilidade da gestão da central pelo inpEV (ii)	-	11.375	(1.561)	9.814
Contrato de concessão de uso com responsabilidade da gestão da central pelo inpEV (iii)		3.002	(60)	2.942
	-	24.170	(1.880)	22.290

(i) Referem a 6 centrais assumidas pelo inpEV por meio de contratos de compra e venda firmados substancialmente com as associações. Presentemente, os registros das escrituras encontram-se em andamento.

(ii) Representado por 11 contratos de comodatos firmados substancialmente com as associações.

(iii) Representado por 2 contratos de concessão de uso firmados com uma prefeitura e uma associação.

Adicionalmente, 26 centrais já estão sob a gestão do Instituto, porém o processo de regularização encontra-se em andamento.

17 PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme artigo do estatuto social do Instituto, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada

qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou de diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

(a) Reserva de novos associados

Ao longo do ano de 2013, o conselho diretor do inpEV, em conjunto com a diretoria executiva, discutiu a necessidade de cobrança de uma taxa de afiliação ao Instituto aos novos solicitantes, a título de reembolso por todos os investimentos já realizados pelos atuais associados ao longo da existência do Instituto.

Na 17ª Assembleia Geral de Associados, ocorrida em 14 de abril de 2014, os associados aprovaram os seguintes principais termos para afiliação de novos associados:

- (i) Pagamento único, no valor de vinte salários-mínimos, devido a partir da concessão do pedido de afiliação pelo Conselho Diretor;
- (ii) 1,5% (um e meio por cento) do faturamento líquido anual do novo associado computado com base no negócio de defensivos agrícolas, pago por três anos e apurado a cada ano do efetivo pagamento a partir do primeiro ano em que o associado informar ter colocado embalagens no mercado de forma direta, caso não o faça deste o princípio;
- (iii) Metade do valor do custo/quilo médio de embalagens apurado no orçamento anual do inpEV multiplicado pela quantidade de embalagens colocadas pelo associado no mercado, de forma direta e/ou por meio de terceiros, pago por cinco anos, e cobrados a partir do primeiro ano em que o associado informar ter colocado embalagens no mercado (de forma direta e/ou por meio de terceiros), caso não o faça deste o princípio.

Os associados entrantes a partir de janeiro de 2014 que iniciaram a comercialização de produtos agroquímicos, passaram a ter a responsabilidade de retirada de suas embalagens vazias do meio ambiente.

Em 20/07/2020 em ata da 37ª assembleia de associados foi decidido pela exclusão da taxa (ii) 1,5% (um e meio por cento)

do faturamento líquido anual do novo associado a partir dessa data sendo devida apenas para associados que ingressaram no inpEV até 19/07/2020

Dessa forma, as taxas de afiliação no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, correspondem às taxas (i) e (iii) sendo seu valor de R\$ 1.887 (2019 - R\$ 5.186).

(b) Plano de redução das contribuições

O projeto original de auto sustentabilidade do Instituto previa, em determinado momento futuro, o início da redução das contribuições das associadas em decorrência das gerações de receitas conforme definido em seu modelo de negócios (Nota 1.1). Conforme correspondência enviada aos associados em novembro de 2019, foi informado a diminuição das contribuições das associadas para o exercício de 2020 no valor de R\$ 20.000, porém esse valor foi ampliado para 25.893 (2019 - R\$ 15.000).

18 RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES

	2020	2019
Contribuições das associadas - agroquímicas (Nota 15 (i))	95.112	83.878
Taxa de credenciamento de recicladores (Nota 19)	17.615	16.474
Ingressos para custeio de UREs (Nota 20)	44.030	41.330
Contribuições extraordinárias (Nota 21)	4.834	3.261
Arrendamento mercantil operacional (Nota 22)	11.167	10.021
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	675	642
Reconhecimento do diferimento da receita (Nota 16)	1.880	-
Outros	-	250
	175.313	155.856
Deduções das receitas		
Desconto na contribuição de associados (Nota 15 (i))	(25.893)	(15.000)
COFINS sobre taxa de credenciamento	(647)	(829)
COFINS sobre o arrendamento	(849)	(761)
ISS e COFINS sobre consultoria	-	(44)
Receita líquida das atividades	147.924	139.222

19 TAXA DE CREDENCIAMENTO DE REICLADORES

Em 2004, o Instituto firmou convênios com as empresas recicladoras referentes a serviços de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem de resíduos plásticos. Esses serviços consistem em desenvolvimento, treinamentos e estudos de melhorias das etapas do processo de reciclagem.

Como resultado desses convênios, o Instituto registrou uma receita em 2020 no montante de R\$ 17.614 (2019 - R\$ 16.474).

20 INGRESSOS PARA CUSTEIO DE URES

A partir de dezembro de 2009, com o advento do novo modelo de remessa de embalagens, passa a existir uma nova forma de receita gerada pelo reciclador, denominada ingressos para custeio de UREs. Conforme descrito na Nota 1.1, as receitas auferidas com os ingressos para custeio de UREs são utilizadas para subsidiar os custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias.

Em 2020, as receitas auferidas com ingressos de custeio de UREs totalizaram R\$ 44.030 (2019 - R\$ 41.330).

21 CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DOS ASSOCIADOS

Conforme autorizado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária da Campo limpo S.A., os montantes recebidos de seus acionistas, os quais são substancialmente associadas do Instituto, devem ser investidos no aperfeiçoamento constante do sistema de operação, logística e gestão da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, incluindo, atividades de apoio e orientação aos participantes do referido sistema.

Sendo uma receita do negócio recicladora, a administração do Instituto reconheceu como contribuição extraordinária o valor recebido da Campo Limpo S.A., no valor de R\$ 4.834 (2019 - R\$ 3.261).

22 ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

Refere-se ao contrato de locação do imóvel e equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento para a companhia Campo Limpo S.A. O valor do aluguel de R\$ 11.167, sendo R\$ 10.899 da “Campo Limpo S.A” e R\$ 268 da Campo Limpo Tampas (2019 - R\$9.790 e R\$ 231, respectivamente) corresponde a 10% do faturamento líquido mensal apurado pela locatária, deduzidos os gastos com manutenção de ativos, sendo o valor mínimo de R\$ 50 mensais.

O contrato de arrendamento mercantil operacional contempla, também, uma cesta de serviços que o Instituto presta a Campo Limpo S.A. relacionados, principalmente, com tecnologia da informação, suprimentos, acompanhamento tributário e comunicação.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis de aluguel da fábrica Campo Limpo S.A., construída em Taubaté, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2020	2019
Até um ano	12.531	12.170
Mais de um ano até cinco anos	63.965	77.020
Mais de cinco anos	26.110	26.110
	<u>102.606</u>	<u>115.300</u>

Os pagamentos mínimos futuros para período superior a cinco anos, contemplam recebimento de arrendamento considerando dez anos, período de vigência do contrato, e sua renovação por mais dez anos, após concordância de ambas as partes, em um total de vinte anos.

Conforme descrito na Nota 1.4, em 2016 foi aprovado plano de expansão das atividades da Campo Limpo S.A. no montante aproximado de R\$ 41.200 a ser realizado pelo Instituto, cujo objetivo será o incremento da receita de arrendamento recebido pelo Instituto.

Conforme estabelece a cláusula 2.1.1. do contrato, o período de renovação ocorrerá automaticamente, por igual período e nas mesmas condições, caso não seja denunciado, por qualquer das partes, por escrito, no prazo de 210 (duzentos e dez dias) dias anteriores ao término previsto para a locação (2 de maio de 2018), ou seja, 10 anos. Considerando que não houve manifestação por quaisquer uma das partes antes do prazo de 210 dias, o contrato de locação encontra-se renovado em 31 de dezembro de 2017, assim como o comprometimento do Instituto com pagamentos futuros.

Em 2018 ocorreu a renovação do acordo de acionistas pelo mesmo período inicialmente acordado, ou seja, 10 anos.

23 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A administração das despesas administrativas e gerais do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

	2020	2019
Despesas com infraestrutura	(58.084)	(42.525)
Processo de suporte	(5.748)	(5.307)
Processo básico	(82.324)	(83.487)
	<u>(146.156)</u>	<u>(131.319)</u>

Nas datas das demonstrações financeiras, o Instituto apresentava os seguintes saldos relacionados a despesas administrativas e gerais:

	2020	2019
Despesas com infraestrutura		
Ocupação	(733)	(521)
Gastos com pessoal acrescido dos encargos sociais	(31.305)	(23.582)
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	(675)	(642)
Gastos gerais (i)	(19.735)	(14.111)
Serviços de terceiros (ii)	(1.850)	(1.257)
Tecnologia da informação	(3.157)	(1.979)
Qualidade	(102)	-
Institucional	(527)	(432)
	<u>(58.084)</u>	<u>(42.525)</u>
Processo de suporte		
Jurídico (iii)	(790)	(711)
Comunicação, educação e campanhas (iv)	(4.662)	(4.269)
Desenvolvimento tecnológico	(225)	(247)
Projetos (v)	(71)	(81)
	<u>(5.748)</u>	<u>(5.307)</u>
Processo básico		
Operações (vi)	(47.862)	(50.529)
Logística (vii)	(26.428)	(26.885)
Destinação final (viii)	(8.034)	(6.073)
	<u>(82.324)</u>	<u>(83.487)</u>

(i) Refere-se principalmente a despesas de depreciação e amortização, no valor total de R\$ 14.100 (2019 - R\$8.055), e despesas com manutenção de imobilizado arrendado para a Campo Limpo S.A. no valor de R\$ 1.409 (2019 - R\$1.304) e despesas com ações relacionados a COVID R\$ 122.

(ii) Refere-se, principalmente, a despesas com as seguintes assessorias:

- Tributárias e fiscais - R\$ 381 (2019 - R\$ 261).
- Recursos humanos - R\$ 249 (2019 - R\$ 199).
- Auditorias interna e externa - R\$ 551 (2019- R\$ 419).
- Administrativa - R\$ 669 (2019 - R\$ 378).

(iii) Refere-se a suporte de assessores jurídicos externos no acompanhamento de processos em andamento, no valor de R\$ 790 (2019 - R\$ 711).

(iv) Refere-se substancialmente a gastos com eventos para comunicação, divulgação e treinamentos. O saldo está composto principalmente por:

- Gastos com campanha - R\$614 (2019 - R\$603).
- Dia Nacional Campo Limpo - R\$1.818 (2019 - R\$1.314).
- Material de comunicação e institucional - R\$676 (2019 - R\$495).
- Campanha regional tríplice lavagem - R\$167 (2019 - R\$144).
- Serviços de terceiros e comunicação - R\$535 (2019 - R\$1.025).
- Eventos institucionais - R\$342 (2019 - R\$687).
- Comunicação Eletrônica e ensino virtual - R\$350.

(v) Trata-se de uma atividade do Instituto direcionada a gerir projetos pré-aprovados pelo Conselho Diretor, principalmente, o da retirada de produtos obsoletos e impróprios no valor de R\$71 (2019 - R\$81).

(vi) Refere-se, principalmente, a custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias e reembolsados pelo Instituto para a ampliação, reformas e manutenção de centrais conveniadas e postos, no valor de R\$ 42.626 (2019 - R\$45.488) e construção de centrais e postos conveniadas no valor de R\$ 588 (2019 - R\$3.520).

(vii) Refere-se substancialmente a despesas incorridas com fretes para transporte de embalagens vazias, lavadas para reciclagem, no valor de R\$22.493 (2019 - R\$20.851) e não lavadas para incineração no valor de R\$2.005 (2019 - R\$1.347).

(viii) Refere-se substancialmente a despesas com incineração de embalagens não lavadas no valor de R\$ 7.044 (2019 - R\$ 5.722).

24 OUTROS GANHOS, LÍQUIDOS

	2020	2019
Ganhos e Perdas sobre a venda de imobilizado	(1.474)	735
Redução ao valor recuperável (i)	(3.541)	-
	(5.015)	735

(i) Em 2020, com o objetivo de avaliar e mensurar os equipamentos arrendados, para a Campo Limpo S.A, de acordo com as normas de contabilidade, o inPEV contratou empresa especializada e independente para realizar avaliações conforme descrito pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. O resultado obtido da avaliação gerou um ajuste de ativos no valor de R\$ 3.541.

25 RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receita de aplicação financeira	1.150	2.123
Outras receitas financeiras	140	19
	1.290	2.142
IRRF sobre aplicação financeira	(243)	(462)
COFINS sobre aplicação financeira	(51)	(86)
Outras despesas financeiras	(578)	(303)
	(872)	(851)
	418	1.291

26 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O corpo diretivo do Instituto inclui, além do presidente, sete gerentes executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços destes funcionários está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Salários, férias e 13º salário	(3.713)	(3.912)
Encargos	(2.503)	(1.731)
Outras remunerações (*)	(2.681)	(2.367)
	(8.896)	(8.010)

(*) Outras remunerações incluem valores relacionados com remuneração variável anual, previdência privada de contribuição definida, assistência médica e seguro de vida em grupo.

27 COMPROMISSOS FIRMADOS

Durante o exercício de 2019, o Instituto firmou contratos com terceiros para manutenção e implementação de melhorias em suas unidades de gestão de negócio que, embora aprovadas no orçamento de 2020, serão executadas no exercício de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os compromissos firmados com terceiros estão distribuídos conforme segue:

	2020	2019
Processo com infraestrutura (i)	(1.263)	(1.084)
Processo de suporte (ii)	(428)	(195)
Processo básico (iii)	(9.198)	(5.214)
	(10.889)	(6.493)

(i) Representado principalmente por despesas previstas com informática e administrativo, nos valores de R\$ 808 e de R\$ 112, respectivamente.

(ii) Representado principalmente por despesas para a elaboração do relatório anual e o PEA, nos valores de R\$112 e R\$75, respectivamente.

(iii) Representado principalmente por construção e reforma de centrais com administração exclusiva inPEV no valor R\$ 7.488.

28 SEGUROS

O Instituto busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2020, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Local	Importâncias seguradas
InpEV - escritório	
Incêndio de bens do imobilizado	5.000
InpEV - 109 centrais	
Responsabilidade civil	30.000
InpEV - Imobilizado arrendado para a Campo Limpo S.A.	
InpEV - Cosseguro Campo Limpo S.A.	102.731

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

Redução de aporte para o exercício de 2021

Conforme informado aos associados em correspondência enviada em novembro 2020, o inpEV prevê uma redução nas contribuições de 2021 de R\$ 35 milhões.

Modelo aprimorado

Nos anos de 2019 e 2020 o Instituto criou um grupo de trabalho de especialistas técnicos e jurídicos para avaliar o então modelo operacional de movimentação das embalagens vazias considerando como objetivos a desburocratização, desoneração e simplificação deste processo. Foi desenvolvido o “modelo aprimorado” que defende a não emissão de nota fiscal para esta movimentação uma vez que as embalagens vazias pós consumo não devem ser consideradas como mercadorias e sim obrigadas a ser destinadas de forma ambientalmente adequada por Lei ambiental: 9.974/00 e Decreto 4.074/01. O “modelo aprimorado” prevê ainda que a partir de janeiro de 2021 deixará de existir a geração de receitas oriundas do Ingresso para custeio das URE's e Taxa de credenciamento recebidas dos recicladores, passando esses a pagar nota fiscal de serviços de gestão ambiental para o inpEV. Por se tratar de prestação de serviços esta operação trará recolhimento do ISS (Imposto sobre Prestação de Serviços) para o inpEV a partir de 2021.

João Cesar Meneghel Rando

Diretor Presidente - inpEV

Regina Marta de Santana Sousa

Contadora inpEV CRC 1SP177254/O-6



FSC



 **inpEV**